

# **CADERNO ORIENTATIVO PA 2024 - ASPECTOS SETORIAIS**

**CADERNO TÉCNICO 2**

© 2023. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

## **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

## **INFORMAÇÕES E CONTATOS**

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Unidade de Gestão Estratégica - Estudos e Pesquisas

Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1225, Edifício Civil Towers,

Torre Cirrus, 22º andar, Costa Azul, Salvador - BA, 41770-790

Telefone (71) 3320-4422

E-mail: uge.sebrae@ba.sebrae.com.br

## **PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL**

Humberto Miranda Oliveira

## **DIRETORIA DA SUPERINTENDÊNCIA**

Jorge Khoury

## **DIRETORIA TÉCNICA**

Franklin Santos

## **DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Vitor Lopes

## **REALIZAÇÃO**

### **UNIDADE DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

Frutos Gonzalez Dias Neto | Gerente

Isabel de Cássia Santos Ribeiro | Gerente Adjunta

Anderson dos Santos Teixeira | Analista

Fernando Edmar de Oliveira Silva | Analista

Ludmila Ribeiro Cruz Santos | Analista

Amanda dos Santos Medeiros | aux. Administrativo

Amanda Cristina Ribeiro da Silva Vieira | Estagiária

### **ELABORAÇÃO DO CADERNO TÉCNICO**

Isabel de Cássia Santos Ribeiro

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>4</b>
<b>Breve Análise do PIB Baiano</b> .....	<b>5</b>
<b>Evolução da Indústria</b> .....	<b>8</b>
Limites e Desafios para a Indústria Baiana .....	11
Priorização dos Pequenos Negócios Industriais nos Territórios de Identidade .....	12
Região Metropolitana de Salvador .....	13
Portal do Sertão .....	15
Sudoeste da Bahia.....	17
Potencialidades para atuação junto às pequenas indústrias <sup>2</sup> .....	18
Indústria - Linhas de Ações <sup>3</sup> .....	19
<b>Evolução da Agropecuária</b> .....	<b>22</b>
Limites e Desafios para a Agropecuária .....	26
Priorização dos Pequenos Negócios da Agropecuária nos Territórios de Identidade .....	29
Potencialidades para atuação na agropecuária .....	34
Agronegócios - Linhas de Ações.....	35
<b>Evolução do Comércio e Serviços</b> .....	<b>40</b>
Limites e Desafios para o Comércio e Serviços .....	40
Comércio e Serviços- Linhas de Ações .....	48
<b>Evolução do Turismo</b> .....	<b>51</b>
Turismo - Limitações e Desafios.....	54
Turismo - Linhas de Ações.....	55
<b>Economia Criativa</b> .....	<b>56</b>
Economia Criativa - Limitações e Desafios .....	57
Economia Criativa - Linhas de Ações .....	59
<b>Priorização dos Pequenos Negócios de Comércio, Serviços nos Territórios de Identidade</b> .....	<b>61</b>
Região Metropolitana de Salvador .....	61
Costa do Descobrimento.....	64
Potencialidades para atuação no setor de comércio e serviços.....	65

## INTRODUÇÃO

Esse documento tem a finalidade de subsidiar a elaboração do Planejamento Anual do Sebrae Bahia 2024, tendo como referência o documento em fase final elaboração pela empresa Valor & Foco, cujo objetivo é apresentar Linhas de Ações em favor do Empreendedorismo dos Pequenos Negócios para o Governador do Estado da Bahia.

Para elaboração do primeiro caderno foram utilizadas as análises retrospectivas e projetivas (anos 2000) sobre participação dos pequenos negócios nos setores e segmentos nos Territórios de Identidade, com o objetivo de identificar os com maiores potencialidades de desenvolvimento e apoio por parte do Sebrae no Planejamento 2024.

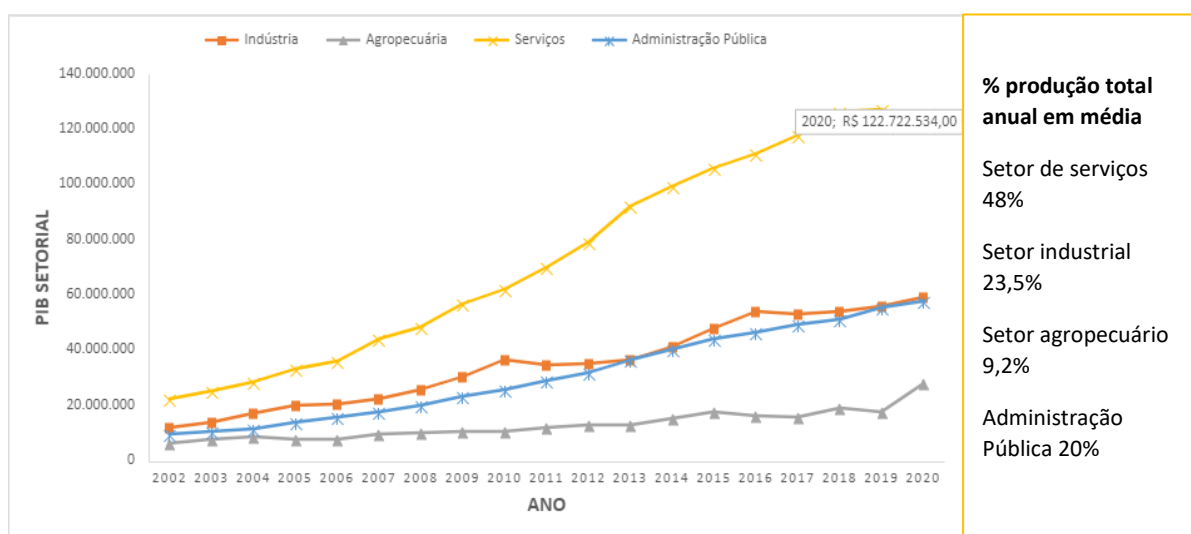
O segundo caderno apresentará análises sobre aspectos transversais que impactam o empreendedorismo e os pequenos negócios, sendo eles: (a) planejamento e conjuntura econômica; (b) educação, (c) inovação; (d) ambiente de negócios e aspectos tributários, (e) acesso a crédito e (f) internacionalização.

No terceiro será apresentada uma síntese do Planejamento Estratégico Sistema Sebrae 2035, que em razão da sua densidade, contemplará as informações mais importantes para o nosso planejamento 2024.

## Breve Análise do PIB Baiano

O Estado da Bahia é predominantemente focado em comércio e serviços, com uma faceta descendente do setor primário e com a participação industrial com baixo crescimento. A parcela da administração pública permanece, em média, 20% do total do PIB, aproximando-se da parcela industrial (23,5%), o que é afeta a produtividade estrutural da economia baiana, vide a baixa eficiência do setor público e sua limitada capacidade de criar empregos sustentáveis e dinâmicos.

Gráfico 1- Evolução macro segmentos do PIB, 2002-2020 (R\$ milhares, líquido de imposto)



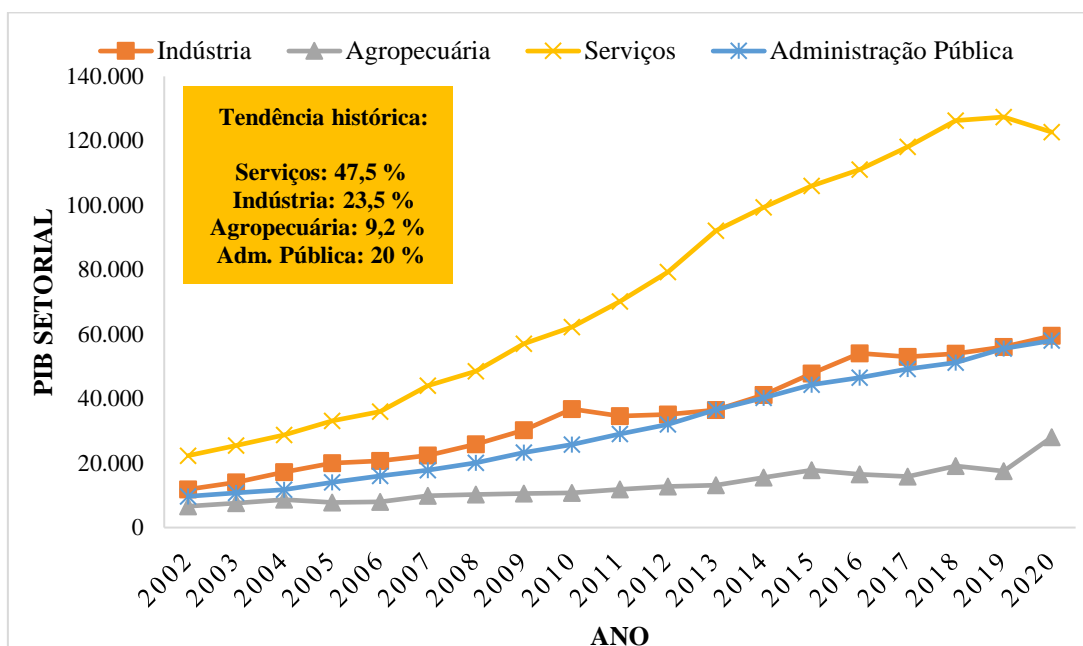
Fonte: partir de Sidra/IBGE (2023)

A concentração das atividades econômicas de alto valor agregado na RMS e nos outros TI da zona litorânea do estado (Extremo Sul, Litoral Sul e Costa do Descobrimento) revelam que políticas de interiorização econômica, implementadas ao longo dessa década tiveram, baixa eficácia sobre emprego e renda nos demais territórios que apresentam menor dinamismo econômico. Esforços direcionados para a compreensão das aglomerações produtivas existentes em cada região do território baiano sugerem que a falta de conexão produtiva entre as regiões e a baixa diversidade produtiva que há na maioria dos TI baianas são parcialmente causadas pela ineficácia das políticas de interiorização praticadas ao longo de décadas.

Acompanhando a tendência à “servicilização” da economia brasileira, ao longo da década o setor de serviços representou, em média, 48% da produção total anual. Em 2002, esta taxa era de 44%, já em 2020, de 46%. O macro segmento industrial respondeu,

em média, por 23,5% do PIB, e o setor agropecuário por 9,2%, restando 20% para o setor da administração pública.

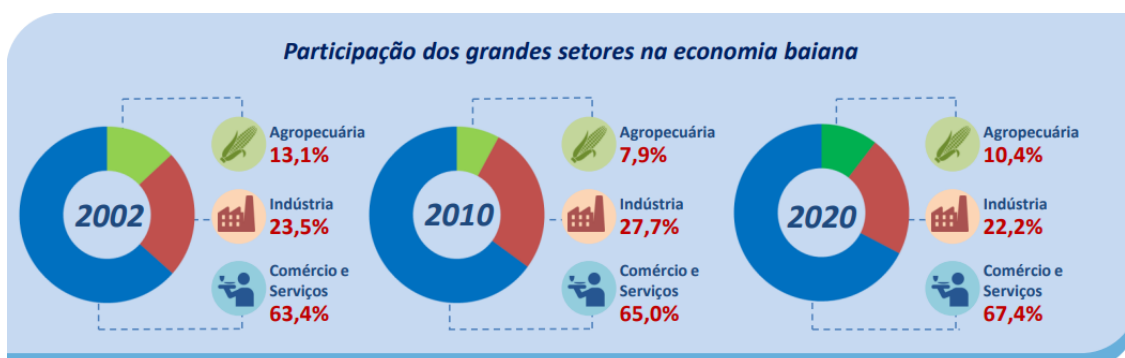
**Gráfico 2** – Evolução macros segmentos do PIB, 2002-2020 (R\$ milhões, líquido de imposto)



Fonte: - Adaptado de Sidra/IBGE (2023)

Somando-se os macros segmento Comércio e Serviços à Administração Pública, essa participação se eleva para, em média, para 65%, conforme se demonstra no Infográfico a seguir.

**Figura 1** – Infográfico - Participação dos grandes setores na economia baiana



Fonte: [https://sei.ba.gov.br/images/resumo/info\\_bahia\\_2023.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/resumo/info_bahia_2023.pdf)

A presença relevante da Administração Pública na formação do PIB do nosso Estado está também atrelada às características do nosso mercado de trabalho, conforme se apresenta na figura a seguir. Se posiciona no segundo maior contratante

de postos de trabalho após o setor de serviços, além de proporcionar remunerações acima da média de todos os demais setores conforme se comenta adiante.

Figura 2 – Infográfico – Mercado de Trabalho na Bahia -2021



Fonte: [https://sei.ba.gov.br/images/resumo/info\\_bahia\\_2023.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/resumo/info_bahia_2023.pdf)

Dados obtidos no Infovis da SEI Bahia informavam que, em 2021, enquanto a remuneração nominal média do setor público federal correspondia a R\$ 10.435,26, do setor público estadual R\$ 6.318,16, a dos demais setores correspondia a R\$ 1.493,00.

Figura 3 – Infográfico – Mercado de Trabalho na Bahia -2021



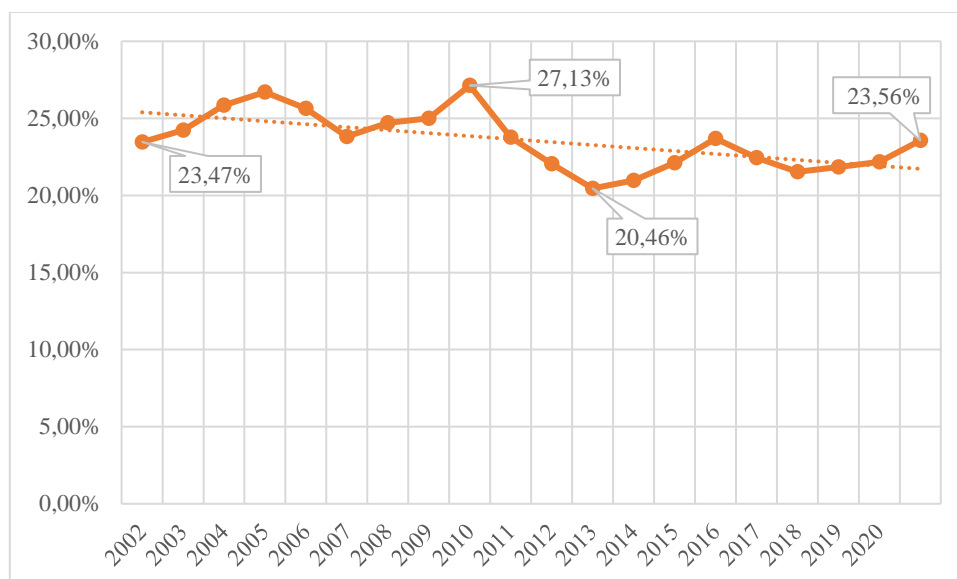
Fonte: Rais (2021); SEI (2021); PNAD-C (2022). \* Até 3º trim. de 2022. Elaboração Coest/SEI, em 29/06/2023.

Fonte: [https://sei.ba.gov.br/images/resumo/info\\_bahia\\_2023.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/resumo/info_bahia_2023.pdf)

## Evolução da Indústria

A indústria da Bahia tem correspondido, em média a 23,5% do PIB, variação histórica pode ser identificada em no gráfico abaixo. De 2010 a 2019 o setor industrial passou de 27,1% para 21,8% do PIB do Estado da Bahia, ou seja, uma perda de 5,3 p.p em apenas 9 anos. Para se ter uma ideia, entre 2010 e 2021, enquanto a indústria de transformação brasileira caiu 11,9%, a atividade industrial baiana encolheu 25,2%, o que denota os problemas que vem enfrentando. Deve-se observar que esses dados incluem o fechamento da Ford, que colaborou para uma queda da produção da ordem de 14,3 % no ano passado, enquanto a indústria brasileira registrou um crescimento de 4,3% nesse indicador (FETRABASE; FAEB, Fecomércio-BA e FIEB, 2022).

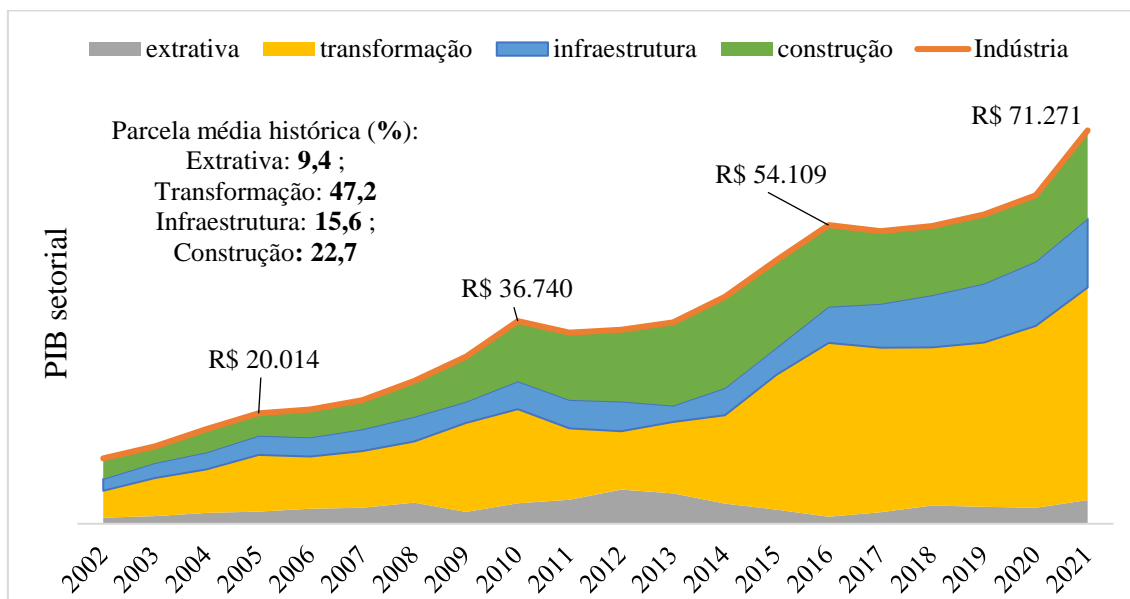
Gráfico 3 - Parcela da Indústria Percentual da Bahia com Relação ao PIB (sem impostos)



Fonte: Adaptado de IBGE (2023)

A análise do gráfico 17 a seguir elucidada a trajetória dos últimos vinte anos do setor industrial baiano, dividido por quatro subsetores: extrativo, transformação, infraestrutura e construção. Desde 2013 nota-se a intensificação da participação da infraestrutura (+320%) e manufatura (+198%), estagnação da construção (+6,15%) e diminuição da extrativa (-22%). Sabe-se que para o crescimento econômico sustentável é necessário um setor de indústria de transformação pujante, vide o seu potencial de incluir na cadeia produtiva uma série de empresas de serviços intermediárias, que fornecem insumos produtivos e conhecimento inovador para diferentes espectros da indústria.

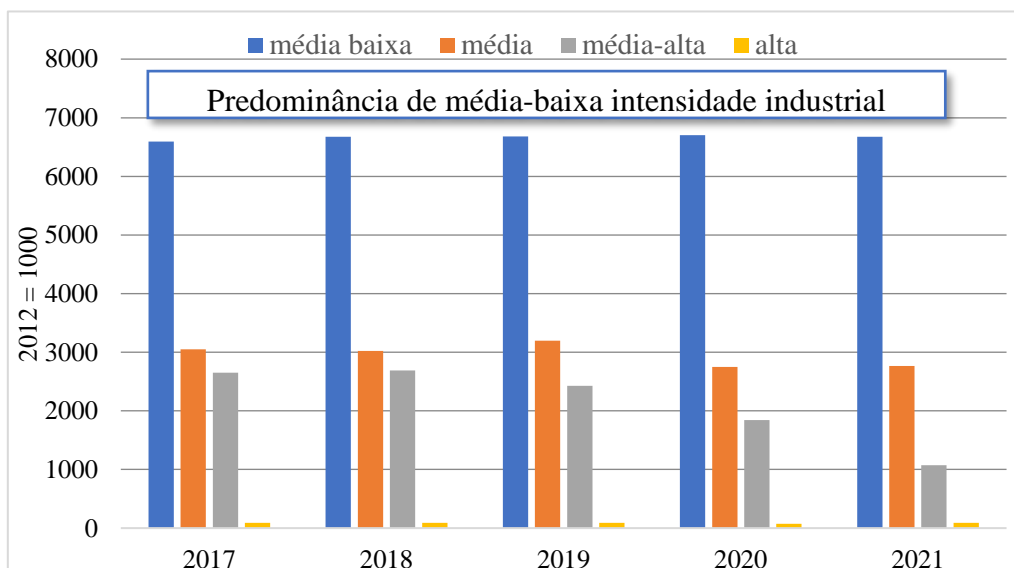
**Gráfico 4** – Evolução do PIB da Indústria baiana por micros setor (2002-2021, R\$, milhares)



Fonte: Adaptado de SEI (2023)

Em se falando de serviços intermediários, segundo a metodologia de divisão setorial da indústria por intensidade tecnológica proposta por Hatzichronoglou (1997) e adotada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a indústria da Bahia pode ser caracterizada, como consta no gráfico 18 a seguir. Nota-se que a distribuição das atividades da indústria de transformação da Bahia, que representou em média 47% entre 2002 e 2021, concentram-se, sobretudo em segmentos de média-baixa e média intensidade tecnológica, o que sugere uma estrutura produtiva intensiva em mão-de-obra, com baixa penetração da tecnologia. No quadro 2 em sequência serão apresentadas a classificação desses subsegmentos.

**Gráfico 5** – Produção da Indústria de Transformação e Extrativa da Bahia por intensidade tecnológica (2012 = 100)



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023)

**Quadro 1** – Classificação dos segmentos da Indústria Geral da Bahia por intensidade tecnológica

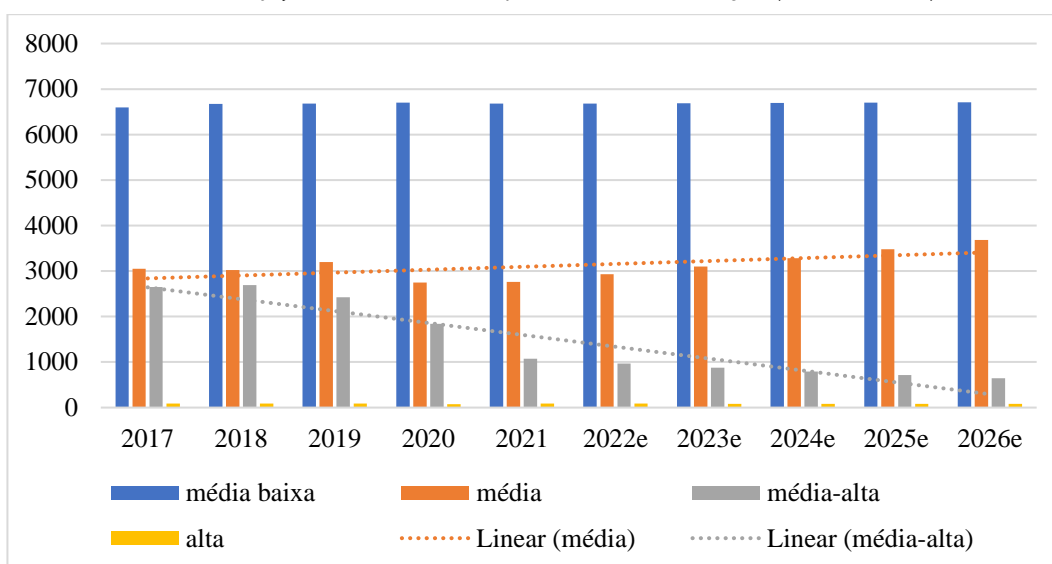
<b>Classificação das Atividades da Indústria Geral por Intensidade em P&amp;D (Tecnológica)</b>			
Alta	Indústria de Transformação	Fabricação de aeronaves	
		Fabricação de farmoquímicos e farmacêuticos	
		Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	
	Serviços	Publicação de programas de informática	
		Pesquisa e desenvolvimento científico	
Média-Alta	Indústria de Transformação	Fabricação de equipamento bélico pesado, armas e munição	
		Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	
		Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	
		Fabricação de máquinas e equipamentos	
		Fabricação de produtos químicos	
		Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	
		Fabricação de veículos ferroviários, de veículos militares de combate e de equipamentos de transporte não especificados	
	Serviços	Atividades de serviços de tecnologia da informação e de prestação de serviços de informação	
	Média	Indústria de Transformação	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico
			Construção de embarcações
Fabricação de produtos diversos			
Fabricação de produtos de minerais não metálicos			
Metalurgia			
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos			
Média-baixa	Indústria de Transformação	Fabricação de produtos têxteis	
		Preparação de couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	
		Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	
		Fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo	
		Confecção de artigos do vestuário e acessórios	
		Fabricação de produtos de metal	
		Fabricação de coque, de produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis	
		Fabricação de móveis	
		Fabricação de produtos de madeira	
		Impressão e reprodução de gravações	
	Indústria Extrativa		

Fonte: Adaptado de Hatzichronoglou (1997).

O setor industrial baiano, que ao longo dessa década corresponde a cerca de 23,5% do PIB do estado, sendo que 47% deste é oriundo da indústria de transformação, se caracteriza pela predominância da indústria com baixo grau de intensidade

tecnológica. Projetando-se para 2026 tendência para declínio da indústria de alta intensidade, estabilidade da média e maior participação da média-baixa. Para indústria de transformação de média-alta intensidade, projeções apresentadas no quadro 3 a seguir apontam queda de 9,7% entre 2022 e 2026, somados aos já 16,5% perdidos entre 2017 e 2021. Para esse segmento industrial, fundamental para a recuperação da economia da Bahia, o cenário futuro é incerto. A indústria de média-baixa intensidade tecnológica permaneceu constante, com um crescimento de 0,25% a.a. entre 2017 e 2021, e tem uma expectativa de estagnação entre 2022 e 2026, crescendo apenas 0,1% a.a., denotando uma manutenção das indústrias mais tradicionais na Bahia, em que o melhor é empregar a baixo custo e não investir em tecnologia. O gráfico posterior resume a comparação da tendência histórica de crescimento e a projeção para cada segmento industrial intensidade tecnológica.

**Gráfico 6 –** Projeção da Indústria baiana por intensidade tecnológica (IEDI, 2017-2026)



Fonte: Adaptado de IBGE (2023) com base em Hatzichronoglou (1997).

### Limites e Desafios para a Indústria Baiana

Nota-se uma tendência clara de queda da indústria de médio-alto grau de tecnologia devido à fraqueza do encadeamento produtivo dos produtos semiacabados que servem de insumo para a indústria automobilística e do aumento tímido da indústria de média intensidade tecnológica, ligada à construção de embarcações, metalurgia, fabricação de minerais não-metálicos, em suma, produtos que necessitam de uma

relação capital/trabalho baixa, dependendo muito do preço de mercado para serem economicamente viáveis e competitivos.

Boa parte da produção industrial do estado se volta para a exportação por meio de grandes empresas. Os principais produtos são decorrentes da extração de petróleo e minérios. O centro decisório das grandes indústrias não está aqui localizado, não se expressando interesses no encadeamento produtivo, tampouco no desenvolvimento local, isto se traduz na dependência de empresas muito grandes e em baixo número.

Falta também associativismo entre os pequenos empreendimentos. Voltando-se para os setores mais tradicionais da indústria da Bahia, itens vinculados à higiene pessoal, perfumaria e cosméticos são produzidos e consumidos na Bahia, ainda que sem a escala necessária. Constata-se que muito do que é comercializado na Bahia, em termos de produtos de consumo cotidiano, não são produzidos no estado, os supermercados baianos não vendem produtos baianos. Desta forma, o consumo baiano não se traduz no desenvolvimento do consumo local, o que configura uma enorme oportunidade de desenvolvimento.

Qualquer planejamento orientado para os setores produtivos, em especial a indústria, mais intensa em conhecimento e tecnologia, deve considerar a formação educacional, e o cenário atual é de evasão de gente qualificada. A educação é determinante para se falar em desenvolvimento no estado, do ensino básico ao superior.

Ressalta-se a necessidade uma logística moderna e ágil para o estado, ampliar o aporte de recursos para inovação e investimentos em infraestrutura de banda larga. É necessário olhar também para as novas indústrias, de bens estratégicos e verdes (FETRABASE; FAEB; Fecomércio-BA; e FIEB – 2022).

### **Priorização dos Pequenos Negócios Industriais nos Territórios de Identidade**

Foi realizado um estudo de priorização, cujo produto principal é o Índice de Priorização (IP), para os Territórios de Identidade (TI) da Bahia. O índice avalia quais são os principais TI em cada um dos macros setores econômicos: indústria, agricultura e comércio e serviços. A priorização se baseia em dados secundários do número de empresas por porte, número de empregos gerados e tamanho do macro setor do PIB, resultando em uma média ponderada para cada uma destas variáveis.

A priorização das atividades da indústria utilizou o número de empresas por porte e o número de empregos gerados pelo setor naquele TI, considerando-se o ano de 2020, o mais recente da série de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

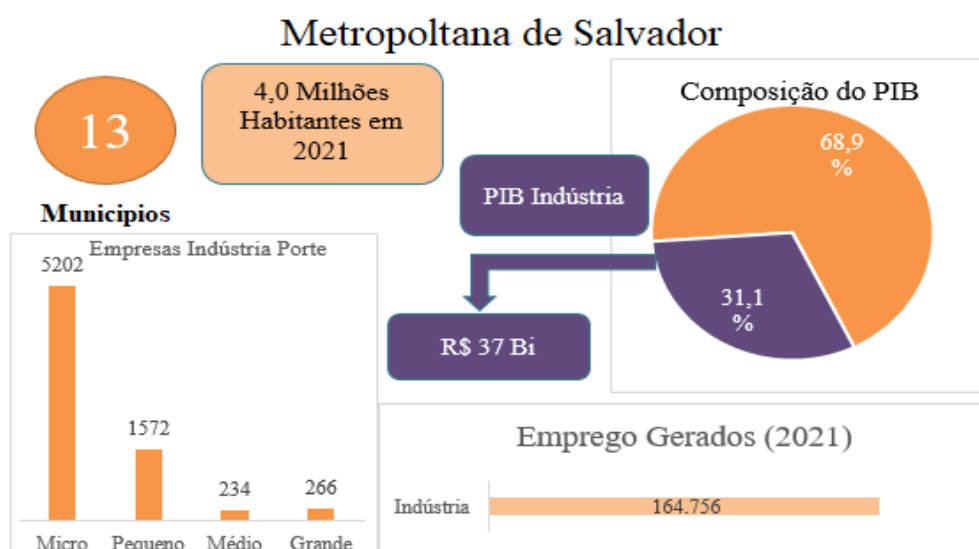
A média ponderada apresentou os pesos de 1, 3 e 9; a presença de empresas micro e pequenas em empreendimentos industriais recebe um peso 9, o número de empregos totais no ano de 2020 um peso 3 e o número de empresas de médio e grande porte, peso 1. O resultado foi computado levando em consideração a junção destas variáveis, e resultou em um ranqueamento dos 27 TI da Bahia, cuja primeira colocação industrial foi ocupada pela RMS.

Importante informar que as 03 TIs a seguir apresentadas correspondem 58,6% do PIB da indústria da Bahia.

## Região Metropolitana de Salvador

Observando apenas o nível do TI em questão, e especialmente o segmento industrial<sup>1</sup>, a RMS é notória no estado pela participação deste macro setor no PIB.

Figura 4 – Infográfico resumido RMS



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2022, 2023).

<sup>1</sup> Para entender melhor o setor industrial da TI foi utilizado o mesmo critério de priorização, mas levando em consideração os dados RAIS com os CNAE que mais apresentavam pequenos negócios e que apresentavam saldo de empregos mais positivo.

O índice de priorização revelou que as principais indústrias da RMS estão ligadas à construção, infraestrutura e indústria de alimentos. Os cinco principais CNAE foram: Construção de Edifícios, Construção de Rodovias e Ferrovias, Instalação e Manutenção Elétrica e Obras de Engenharia, de caráter infra estrutural. Como exceção, classificou-se a categoria “Fabricação de Produtos de Padaria e Confeitaria com Predominância de Produção Própria”, atividade particular da indústria panificadora. Na RMS, elas aparecem em alto número de micro e pequenos negócios, ao mesmo tempo são responsáveis por 1,5% dos empregos formais na região.

A importância da economia de Salvador e da região metropolitana decorre dos incentivos fiscais e dos seus arranjos produtivos, indicando a necessidade de criar políticas específicas para atrair alguns vetores da economia, dentre eles as cadeias de logística, infraestrutura e transporte (PESSOTI et al., 2022). Desta maneira, espera-se estimular uma economia mais robusta e integrada, que potencialize vetores locais com vantagens competitivas, possibilitando gerar um ciclo sustentável de crescimento e uma rápida retomada no nível das atividades.

Torna-se relevante acrescentar informações complementares sobre a TI RMS, pois é o principal polo econômico do estado e principal responsável pelas exportações do Estado, que, captando o choque da pandemia, reduziu as exportações em -2,35% entre 2019 e 2020, entretanto, entre 2020 e 2021 houve um aumento de 13,6%, puxadas pelo petróleo e betuminosos. Enquanto se observava o crescimento do setor petrolífero, ocorre a diminuição da participação dos automóveis de passageiros e outros veículos nas exportações, vide o fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, no início de 2021. Apesar do fechamento da fábrica, a cadeia de suprimentos de serviços intermediários ainda existe na região, se bem que em rápido declínio nos últimos dois anos. Espera-se que em 2023 uma empresa chinesa de carros elétricos seja instalada na região, utilizando-se do maquinário deixado pela Ford. A revitalização da produção e montagem de veículos naquela região resgataria parte de um produto importante para a economia local, recuperando empregos, diminuindo a informalidade e aumentando a produtividade média da região.

Estudos sobre complexidade econômica e comércio exterior (Balland & Rigby, 2017; Hausmann & Hidalgo, 2009, 2011) avaliam os efeitos que os produtos com vantagem competitiva internacional tem sobre o território que os produz e exporta. Com

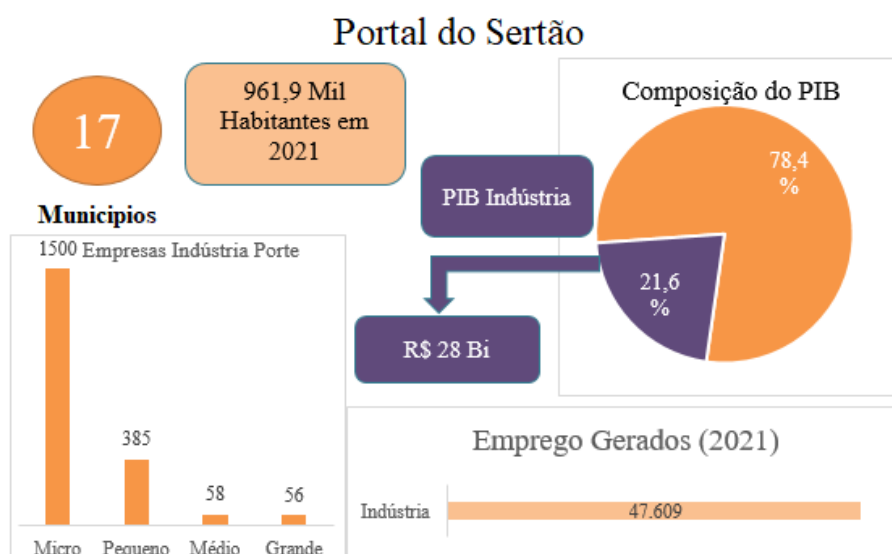
o SH4\_RMS em mãos e com o auxílio de algoritmos de aprendizado de máquinas, pode-se obter o Índice de Vantagens Competitivas Revelado (RCA) para aquele produto no território de identidade da RMS.

O índice RCA da ordem de 1,3075 significa que a RMS exportou 1.3075 vezes a sua parcela “justa” de veículos e afins. De praxe, diz-se que um RCA maior que 1 aponta para uma vantagem comparativa revelada. O valor referente ao produto SH4 7403 (pasta química de madeira ou celulose) é da ordem de 243, o que indica uma altíssima vantagem competitiva naquele produto. Investimentos na cadeia produtiva desses subsegmentos, sobretudo em serviços intermediários de alta intensidade tecnológica, agregariam ainda mais valor ao produto, beneficiando a economia regional e fortalecendo o entrelaçamento produtivo local.

## Portal do Sertão

A TI é constituída por 17 municípios e conta com a segunda maior cidade do estado, considerada a “capital do interior”, Feira de Santana. O Portal do Sertão apresenta 1.999 empresas no setor industrial, destas 1.500 são micro e 385 são pequenas. O setor industrial representa mais de 47 mil empregos na TI e um PIB de mais de R\$ 28 bilhões.

Figura 5 – Infográfico resumido Portal do Sertão



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023)

A constituição da indústria do TI Portal do Sertão conta com a predominância da Construção Civil. Em segundo lugar aparece a indústria de Fabricação de Móveis com predominância de madeira, cuja importância na região se traduz em cerca de 3% dos empregos. Em terceiro lugar, aparecem as Indústrias de “Confecção de Peças de Vestuário, exceto Roupas Íntimas e as Confecções sob medida”, ficando em terceiro pelo baixo número de empresas, destacando-se pelo número de empregos, representa cerca de 16% dos empregos industriais da região. Em quarto lugar aparecem as Empresas de Embalagens de Material Plástico e em quinto as Confecções de Roupas íntimas.

O TI aponta para um cenário regional voltado para os bens de consumo, tanto duráveis como semiduráveis. Como a priorização favorece os setores com predominância de pequenos negócios é possível pensar no Portal do Sertão como um polo de PME ofertante de bens de consumo para o resto da Bahia, sendo favorecido por sua posição geográfica.

Explorar as necessidades internas do estado e a difusão dos produtos citados anteriormente pode gerar ainda mais benefícios para a região. A proximidade com Salvador favorece o acesso a um mercado com alto número de consumidores e à matéria prima necessária, especialmente para a indústria plástica. O potencial do encadeamento produtivo da região pode ser explorado ao se propor um diálogo entre a produção de madeira e o fomento da indústria moveleira do Portal do Sertão e entre envolvidos na indústria de plástico local, abastecendo as necessidades locais e regionais, como indústrias panificadoras apresentadas como prioridade na RMS.

A base da produção no Portal do Sertão ainda não possui eco na pauta de exportação do estado, logo as ações deveriam se voltar para o consumo interno, especialmente de circulação estadual. O encadeamento produtivo seria factível, tendo em vista o potencial dos produtos resultantes e o acesso a grandes mercados consumidores.

Quando se expande o ranking de CNAE do TI Portal do Sertão até décimo colocado, nota-se que ocorrem alguns encadeamentos regionais. A indústria de construção civil encontra eco na indústria de obras de alvenaria (sexto lugar no ranking de CNAE), indústria de artefatos e produtos de concreto, cimento e gesso (em sétimo

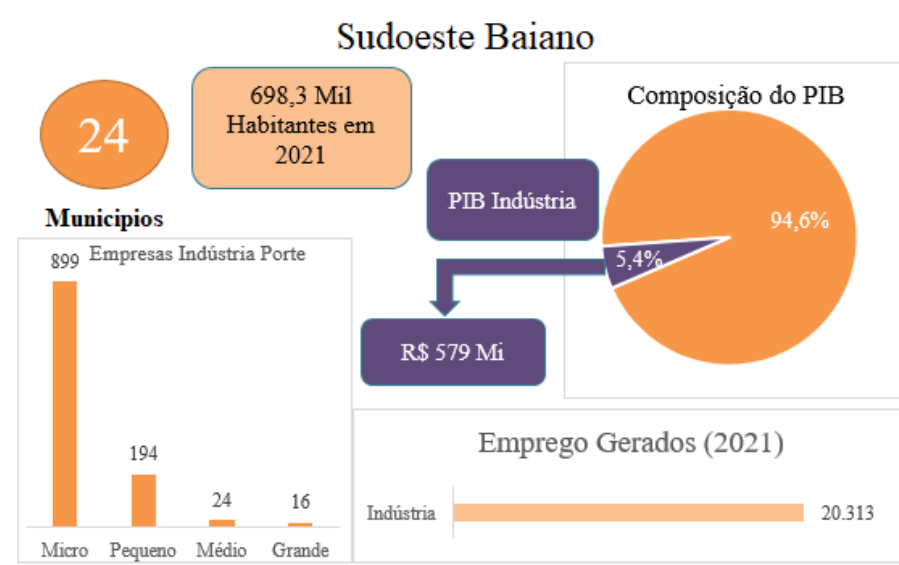
lugar), artefatos de cerâmica e barro para uso na construção (oitavo lugar no ranking) e Fabricação de Esquadrias de Metal (décimo lugar).

Quando se observa o setor moveleiro o encadeamento parece menor, com menos ligações a outras indústrias. Existem poucas serrarias e beneficiadoras de madeira e a fabricação de artefatos de madeira é incipiente, indicando que, apesar dos números expressivos a competitividade não deve ser tão alta. As confecções parecem encontrar um cenário similar, com menos encadeamento industrial. O número de indústrias que poderiam servir como outros elos da cadeia apresenta números extremamente baixos, indicando uma dependência de insumos externos e da inserção em uma cadeia logística mais ampla.

### Sudoeste da Bahia

Outra região de destaque no setor industrial do estado da Bahia é a do TI Sudoeste da Bahia, que congrega 24 municípios, destacando-se Vitória da Conquista. A conjunção de número de indústrias, número de empregos do setor industrial e PIB da indústria destacaram o Sudoeste Baiano. As micro e pequenas indústrias somam 1.093 das 1.133 indústrias do TI, ou seja 96,5% das indústrias são pequenos negócios. O setor industrial gera mais de 20 mil empregos na região e movimenta mais de R\$ 578 milhões no PIB industrial baiano.

Figura 6 – Infográfico resumido Sudoeste da Bahia



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Com uma predominância de PME, “construção de edifícios” aparece em primeiro lugar e em seguida aparece “incorporação imobiliária”. A Indústria de Construção de edifícios do Sudoeste Baiano é formada por pequenos negócios e congrega 8,16% dos empregados formais da indústria no TI. A Indústria de Confecção aparece em terceiro lugar, pois, além da expressiva presença de pequenos negócios a geração de empregos é ainda mais alta, são 16,4% do total.

Do ponto de vista do encadeamento produtivo, o Sudoeste Baiano é ainda mais precário. O setor de construção é o que apresenta maior grau de integração, com um setor de instalação e manutenção elétrica (em quinto no ranking), obras de terraplanagem (em sexto) e fabricação de artefatos de cerâmica e barro (em oitavo lugar). Os demais CNAE que aparecem nas primeiras posições não encontram eco na produção dos três primeiros. O encadeamento produtivo de bens de consumo não parece bem sedimentado localmente e a construção não possui muitos elos. Apresenta-se uma cadeia industrial com uma matriz concentrada em indústrias de baixa complexidade. O fator de predominar os pequenos negócios indica um potencial empreendedor que com fomento pode se expandir e gerar uma cadeia local mais ampla.

### **Potencialidades para atuação junto às pequenas indústrias<sup>2</sup>**

Foram apresentadas as projeções decorrentes dos dados históricos da economia Bahia, para compor perspectivas para os próximos 04 anos. Para os três macrossetores, indústria, agricultura, comércio e serviços, serão avaliados os principais TI explorados na análise retrospectiva e comparados aos TI que obtiveram resultados menos significativos nestes setores. A priorização dos TI seguiu, conforme explicitado também na análise retrospectiva, a partir de critérios obtidos mediante média ponderada (f) dos seguintes pesos:

- a) Peso 9: Quantidade de micro e pequenas empresas do setor no TI;
- b) Peso 3: Número de empregados totais do setor no TI e PIB do setor no TI;
- c) Peso 1: Quantidade de empresas de médio e grandes porte;

No cenário atual, os TI da RMS, Portal do Sertão e o Sudoeste Baiano são os principais territórios industriais nos critérios adotados anteriormente.

Quadro 2 – IP Indústria

Priorizada	Menos Relevantes
RMS	Chapada Diamantina
Portal do Sertão	Velho Chico
Sudoeste Baiano	Irecê

Quadro 3 – IP Indústria Atividades

Priorizada	Principais Atividades	Potencial
RMS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de edifícios;</li> <li>• Fabricação de Produtos de Padaria e Confeitaria;</li> <li>• Instalação e manutenção elétrica.</li> </ul>	Desenvolvimento de construção; capacidade de produção de alimento para consumo local e expertise para expansão da infraestrutura.
Portal do Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de edifícios;</li> <li>• Fabricação de móveis de madeira;</li> <li>• Confeção de peças de vestuários;</li> <li>• Fabricação de embalagens e materiais plásticos.</li> </ul>	Encadeamento com outras regiões produtoras do estado, como madeiras e algodoeira. Vantagem logística para acesso tanto do litoral como interior do estado para o fornecimento de móveis, plásticos e roupas.
Sudoeste Baiano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de edifícios;</li> <li>• Incorporação de empreendimentos Imobiliários;</li> <li>• Confeção de peças de vestuários.</li> </ul>	Indústria mais dispersa em um número maior de atividades, especialmente voltadas para construção e infraestrutura, o setor de confeção pode fomentar a circulação de produtos nos estados próximos.

### Indústria - Linhas de Ações <sup>3</sup>

1. Alteração da lógica de exportação de matéria-prima, incluindo a produção local de produtos mais elaborados. A Bahia já exporta produtos com alto grau de competitividade, o próximo passo é a agregação de valor através da tecnologia;
2. Verticalização da produção petroquímica através do desenvolvimento do segmento de terceira geração;
3. Desenvolvimento do setor de autopeças no entorno do polo automobilístico, alavancando o consumo de resinas termoplásticas, tecidos e metais;
4. A Bahia apresenta um potencial de descarbonização que não existem em outros locais. O hidrogênio verde possui um grande potencial no estado, mas para que isto ocorra é necessário: (a) a ação conjunta com engenheiros e doutores, pessoas com competências acadêmicas e inovadoras. (b) desenvolver a capacidade de produção para converter o hidrogênio verde em energia; e (c) planejamento de longo prazo

para alteração das matrizes energéticas, apoiando iniciativas em curso a exemplo do SENAI CIMATEC que está desenvolvendo o Mapa do Hidrogênio Verde (H<sub>2</sub>V), um estudo contratado pelo Governo do Estado para identificação das áreas prioritárias com vocação para a produção do chamado “combustível do futuro” na Bahia. O caminho do H<sub>2</sub>V está em convergência com as propostas industriais globais, inclusive para o setor de fabricação de carros elétricos, cujo diálogo com o Governo do Estado já está aberto. A instituição, também, firmou parceria com a Shell e a Petrobrás para o desenvolvimento de biodiesel a partir das fibras de sisal, planta cuja produção ocorre em abundância na Bahia (Cimatec do Sertão);

5. Apostar na economia do mar, que inclui a indústria naval baiana, que possui grande capacidade instalada de produção não utilizada, a despeito do CIMATEC Sertão, cabe ao Governo do Estado, igualmente apoiar as iniciativas do SENAI CIMATEC Mar, que vai atuar em áreas como Sustentabilidade Socioambiental, Engenharia Submarina, Tecnologia de Portos, Energias Oceânicas, Amazônia Azul e Desenvolvimento Náutico e Naval;
6. Implementação de políticas públicas e tratamento diferenciado para as pequenas industriais, contemplando: (a) diminuição da burocracia para abertura de negócios; (b) melhoria das condições de acesso a crédito; e (c) fomento aos segmentos com potencial de consumo local a exemplo de higiene pessoal, plásticos, perfumaria e cosméticos;
7. Programas de Integração Logística, por intermédio de projetos de revitalização e desenvolvimento dos portos, rodovias e competitividade logística, integração intermodal, envolvendo a questão portuária, rodoviária e a hidrovia do São Francisco;
8. Avaliação de investimentos no setor mineral, especialmente nas áreas centrais do estado, menos exploradas, incentivando a produção de manufaturados no setor de pedras ornamentais, bem como a ampliação das possibilidades de acesso às informações de mercado e a canais de comercialização mais sofisticados;
9. Criação de políticas mais efetivas de Ciência e Tecnologia da Informação, para garantir a permanência de mentes criativa no estado;
10. Estimular o uso do poder de compra das organizações públicas e privadas do estado como um instrumento de auxílio ao seu desenvolvimento industrial e tecnológico, direcionando para os fornecedores locais um maior volume de compras,

contribuindo assim para um aumento de suas escalas de produção e uma melhoria de qualidade, através de maiores níveis de exigência dos compradores;

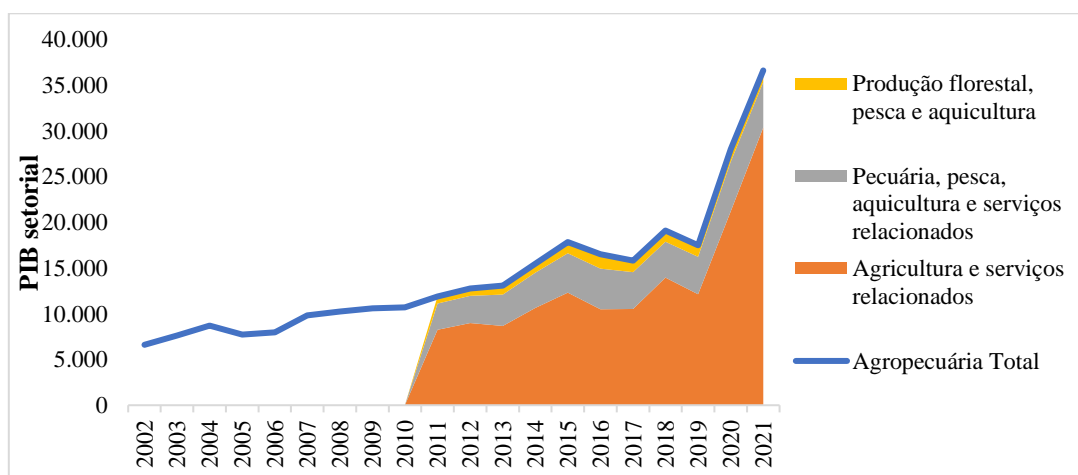
11. Análise dos dois principais polos agroindustriais do interior do estado (Barreiras, com a cadeia grãos / carne, e Juazeiro, com a fruticultura irrigada) tendo em vista, inclusive, as restrições de natureza logística ao seu desenvolvimento;
12. Educação profissionalizante em setores emergentes. formação de cultura empresarial e fomento ao associativismo visando a densificação da malha industrial do estado;
13. Ampliar o aporte de recursos para investimentos inovação tecnológica e em infraestrutura de banda larga;
14. Estímulo aos pequenos negócios, a exemplo de “Selo Verde”, pelo uso de energias alternativas, seja através de premiações de reconhecimento via entidades representativas de classes empresariais, seja através de linhas de financiamento com custos financeiros diferenciados. Medidas dessa natureza igualmente estimulariam o segmento reduzir custos de produção e elevar a produtividade.

## Evolução da Agropecuária

O segmento da agropecuária, com a participação média nos últimos vinte anos de 9,2% no PIB estadual, é distribuído entre produção florestal (6,2%), pecuária, pesca e aquicultura (21,6%) e agricultura (72,1%), conforme o gráfico 19<sup>2</sup>. A análise do nível em micro segmentos da agropecuária aponta para um panorama de concentração produtiva bastante alta no segmento da agricultura e serviços relacionados, o que sugere a necessidade de analisar a agricultura por produto, olhando para o valor de produção, quantidade produzida, área cultivada e área plantada, isto é, adentrando na análise por produto.

No ano de 2022 a categoria “Agricultura e serviços relacionados respondeu por 83% do PIB do setor primário, saindo de 78,6% em 2021. No ano de 2018 a SEI divulgou um boletim apontando a decrescente participação das propriedades familiares no setor primário baiano, o que também abre alas para a análise da agricultura por tamanho de propriedade plantada e cultivada. A análise de correlação entre a parcela do PIB agropecuário e o PIB per capita resultou em uma correlação pelo coeficiente de *Pearson* de 0.89, indicando que um aumento da presença da agropecuária no PIB baiano está positivamente relacionado a um aumento no PIB per capita do estado.

Gráfico 7 – Evolução do PIB da agropecuária (2002-2021 R\$ milhares)



Fonte: Adaptado de SEI (2021) e Sidra-IBGE (2023)

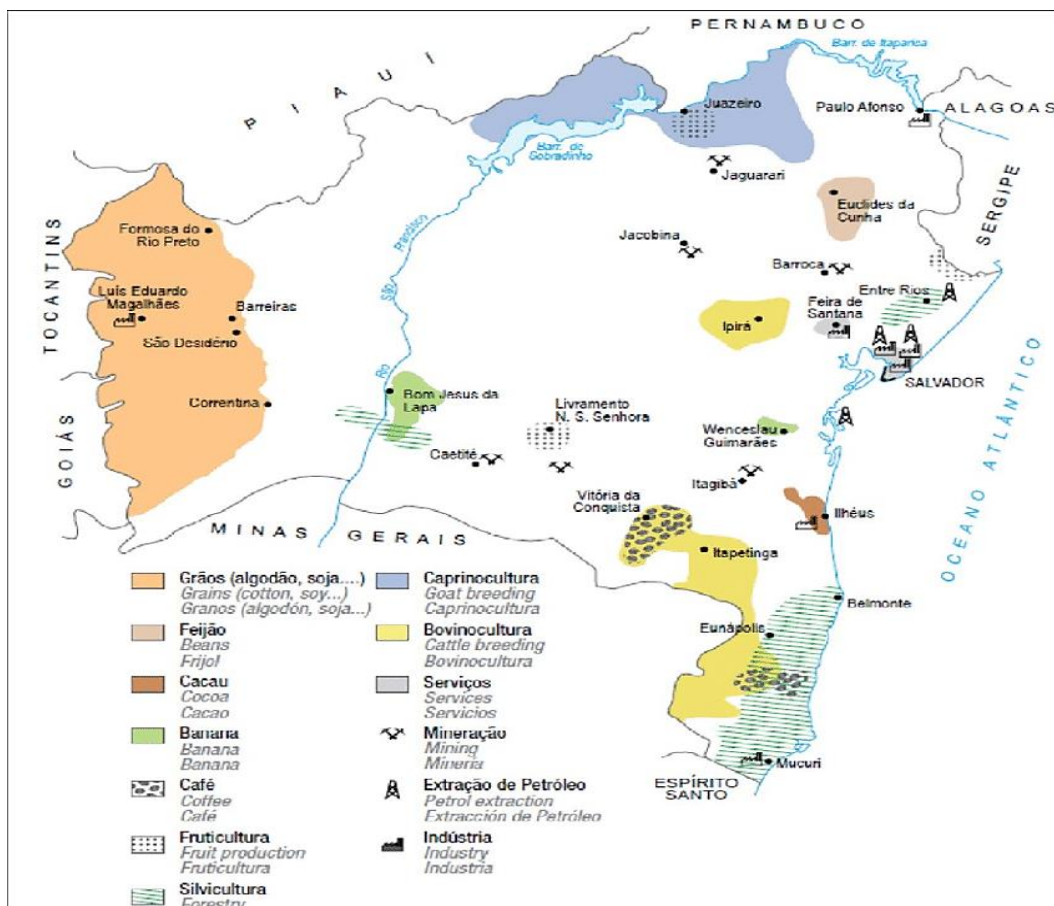
<sup>2</sup> A abertura do setor da agropecuária, em divisões internas, ocorreu somente em 2011.

A produção agropecuária tem um papel significativo na economia local, gerando empregos e contribuindo para a balança comercial do estado. Cada área do território apresenta um tipo de atividade específica. Nas TI do Extremo Sul e Litoral Sul, ao sul do estado, prevalecem as atividades de produção pecuária bovina (Itamaraju, Itanhém, Guaratinga, Medeiros Neto, Santa Cruz da Vitória e Itapé), além da silvicultura e a produção industrial de celulose (no Extremo Sul, na fronteira com o estado do Espírito Santo). Também no sul da Bahia, concentram-se as maiores produções de café, em Itamaraju, Prado (Extremo Sul) e Porto Seguro (Costa do Descobrimento) e a produção cacaueteira, em Ilhéus. As atividades agropecuárias na região Oeste da Bahia e no Submédio São Francisco têm contribuído para o desenvolvimento econômico dessas áreas, gerando empregos, promovendo a inclusão social e impulsionando a economia do estado como um todo. Nos TI da Bacia do Rio Corrente e Bacia do Rio Grande se encontra o bioma cerrado da Bahia, localizada ao oeste do estado, encontra-se a maior produção de grãos do estado, sendo a soja e o algodão os principais cultivos.

No Submédio São Francisco, ao norte da Bahia, predomina a produção de fruticultura irrigada. A região é conhecida por suas plantações de frutas como uva, manga, banana, melão e outras, que são exportadas para diversos mercados internacionais. A utilização da irrigação é fundamental para o cultivo dessas frutas, já que a região apresenta um clima semiárido, com baixos índices pluviométricos. Além disso, nas cidades vizinhas do Submédio do São Francisco, encontra-se o maior rebanho caprino do Brasil. A criação de caprinos é uma atividade econômica importante na região, sendo uma fonte de renda para muitas famílias locais. A caprinocultura é bem adaptada às condições climáticas da região, cujos principais produtos são a carne, pele e, potencialmente, o leite de cabra e seus derivados. Na fruticultura, destacam-se experiências inovadoras desenvolvidas pelo SEBRAE, como a produção de morangos na Chapada Diamantina.

As atividades agropecuárias na região Oeste da Bahia e no Submédio São Francisco têm contribuído para o desenvolvimento econômico dessas áreas, gerando empregos, promovendo a inclusão social e impulsionando a economia do estado como um todo.

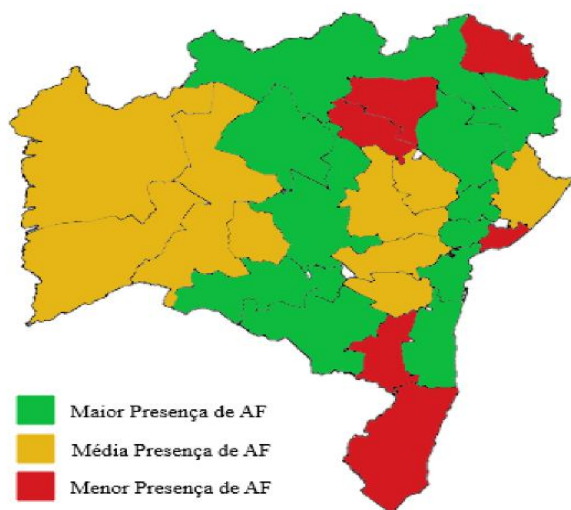
Mapa 1 – Distribuição da produção agropecuária baiana por município



Fonte: SEI (2013).

No que se reporta especificadamente a agricultura familiar, o estado é o líder do país em número de propriedades familiares. A distribuição, conforme se apresenta no mapa a seguir, aponta para uma demarcação clara de empreendimentos rurais no TI do Estado.

Mapa 2 – Dispersão da agricultura familiar na Bahia (TI)



Fonte: Adaptado de IBGE (2017)

As áreas verdes refletem os TI com maior número de propriedades agrícolas familiares, as amarelas são os que apresentam número próximo à média e em vermelho as localidades com números menores de agricultura familiar. As áreas verdes somam 11 dos 27 TI, no formato de uma ferradura da agricultura familiar. Estas propriedades produzem especialmente alimentos, ligados a fruticultura, como o cacau, coco, banana, manga, laranja morango etc. Na fruticultura destaca-se as novas experiências em algumas das áreas verdes, desenvolvidas pelo SEBRAE, como a produção de morangos na Chapada Diamantina. Além disto, há também o cultivo de plantas voltadas para produção de grão e fibras, como feijão e o sisal. A pecuária na agricultura familiar baiana se concentra na criação de galináceos, bovino, ovinos e caprinos (quase 94,5%).

A agricultura familiar é assistida através do Programa Bahia Produtiva, que conta com investimentos do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), contemplando entre os principais objetivos: aumentar a integração ao mercado; promover a segurança alimentar e nutricional; melhorar o acesso ao serviço de abastecimento de água e saneamento de domicílios; melhorar a infraestrutura básica necessária para apoio à produção e a comercialização; promover a inclusão econômica e social de mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades tradicionais e empreendedores da economia solidária; fortalecer a capacidade das associações comunitárias/ organizações de produtores para elaborar e implementar e gerir os subprojetos; promover a adoção de práticas de gestão sustentável de recursos naturais em áreas de produção.

Em 2021 esses investimentos beneficiaram cerca de dois milhões de baianos, com destaque para a conclusão da implantação do Sistema Integrado Tucano Noroeste/1ª etapa, importante empreendimento do Programa Águas do Sertão, que vem suprir a demanda de abastecimento de água para mais de 60 mil moradores das sedes dos municípios de Euclides da Cunha e Monte Santo e mais 16 localidades vizinhas.

Houve ainda expansão ao acesso à regularização fundiária para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, com a emissão de cerca de 832 títulos de terra, enquanto, aproximadamente 51 mil agricultores familiares foram atendidos em todo o estado com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com foco na gestão, produção, comercialização e sistemas produtivos de base agroecológica.

No âmbito da infraestrutura, conclusão da Ponte Barra/Xique-Xique, avanços no projeto do Porto, a recuperação de rodovias estaduais e construção de aeroportos, entre outras ações, contribuindo para superar gargalos de natureza logística.

Encontra-se em implantação o Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco (Muquém do São Francisco, e Barra) avança com previsão de gerar 60 mil empregos e de aportar R\$ 9 bilhões em investimentos. Atualmente, 16 empreendimentos estão em implantação e 12 em análise.

Além do Bahia Produtiva é também assistida pelo PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), que visa o financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, bem como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que estabelece os valores repassados por aluno, de acordo com o grau escolar, destinados a alimentação. Há estimativas de que a Bahia receba o maior valor de repasses do PNAE na região Nordeste. Com um aumento de 31,7% em comparação a 2022, o estado receberá, ao todo, R\$ 383 milhões. O orçamento total do PNAE saltou de R\$ 4 bilhões para R\$ 5,5 bilhões em 2023, resultando em melhoria na alimentação para os cerca de 40 milhões de estudantes afetados pelo programa.

## **Limites e Desafios para a Agropecuária**

A agropecuária baiana correspondeu em 2022 com cerca de 12,6%, do PIB do estado, em que ocorre a predominância da agricultura, seguido pela pecuária e pela produção florestal. A Bahia apresentou no Censo Agropecuário mais de 762 mil propriedades rurais, onde a maior parte dessas propriedades são de agricultura familiar. Esta parcela da população rural sofre com problemas estruturais, como questões fundiárias, o pouco ou nenhum acesso à assistência técnica e extensão rural,

insegurança no campo, que entre outros motivos, enfraquece a atividade agropecuária e estimulam o êxodo rural, especialmente entre os mais jovens.

**Tabela 1** - Condição legal do produtor, segundo a agricultura familiar e Pronaf - Bahia - 2017

Total, agricultura familiar e Pronaf	Estabelecimentos	Área (ha)	Condição legal do produtor	
			Produtor individual	
			Estabelecimentos	Área (ha)
<b>Total</b>	762 848	28 020 859	549 424	19 797 482
<b>Agricultura familiar-LEI-11326 DE 24-07-2017</b>				
<b>Não é agricultura familiar</b>	169 437	19 011 716	122 788	13 381 213
<b>Agricultura familiar</b>	593 411	9 009 143	426 636	6 416 270
<b>Pronafiano (B e V)</b>				
<b>Não Pronafiano</b>	169 980	19 063 616	123 211	13 402 312
<b>PRONAF B</b>	528 755	6 805 397	378 135	4 799 342
<b>PRONAF V</b>	64 113	2 151 846	48 078	1 595 829

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017

**Tabela 2** - Estrutura VA agropecuária segundo estabelecimentos

Bahia, 2010 - 2018

ANO	Não familiar	Familiar
<b>2010</b>	56,8%	43,2%
<b>2011</b>	61,2%	38,8%
<b>2012</b>	64,4%	35,6%
<b>2013</b>	61,3%	38,7%
<b>2014</b>	66,8%	33,2%
<b>2015</b>	67,6%	32,4%
<b>2016</b>	55,9%	44,1%
<b>2017</b>	67,6%	38,1%
<b>2018</b>	68,0%	32,0%

Fonte: Coref/SEI

**Tabela 2** - Estimativa do VA da agropecuária segundo estabelecimentos

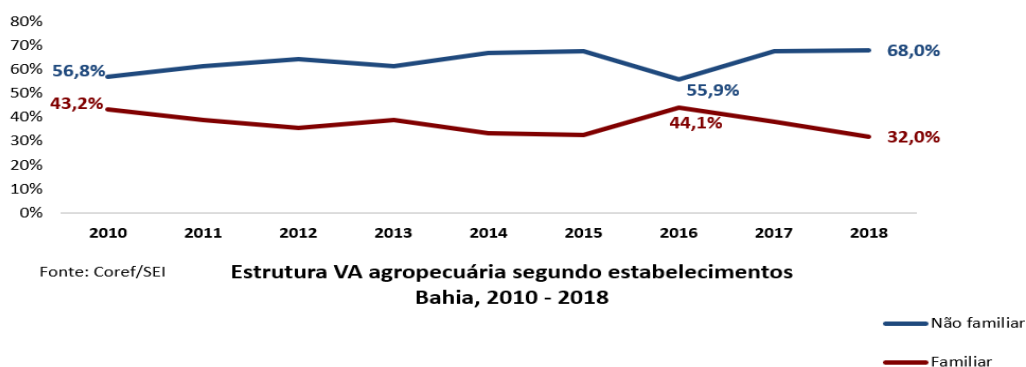
Bahia, 2010 - 2018

(R\$ milhões)

ANO	Não familiar	Familiar
<b>2010</b>	6.086,50	4.622,84
<b>2011</b>	7.279,53	4.606,79
<b>2012</b>	8.229,34	4.549,87
<b>2013</b>	8.029,79	5.072,31
<b>2014</b>	10.336,71	5.147,29
<b>2015</b>	12.053,83	5.781,98
<b>2016</b>	9.238,20	7.295,61
<b>2017</b>	9.795,80	6.031,05
<b>2018</b>	12.986,10	6.109,80

Fonte: Coref/SEI

Gráfico 8 – VA agricultura Familiar e Não Familiar



A agricultura familiar e o peso que esta apresenta são temas correlatos ao da informalidade, dada a dificuldade de mensuração inerente a este tipo de unidade produtiva. A presença deste tipo de categoria populacional que extrai da terra seu sustento em pequena escala é predominante nas áreas geográficas do Semiárido, que abrange quase 70% da área do estado. A maioria desses produtores ainda não conseguem alcançar mercados externos, o que teria uma maior agregação de valor aos produtos vendidos, principalmente na cadeia da fruticultura, por exemplo. Nesse cenário existe a necessidade de exportar a produção dos pequenos produtores, seja individualmente, quando em escala suficiente, ou através do cooperativismo. A agricultura produz emprego e renda, mas sem escala não existe possibilidade de continuidade.

No contexto estadual, algumas cadeias produtivas, tais como a cafeicultura, a bovinocultura de leite e a caprino ovinocultura, são carentes de profissionalismo, enquanto outras, como a soja e o algodão, demonstram um elevado profissionalismo. Estas cadeias reconhecem que não podem competir em termos de preço, portanto, procuram melhorias na produção em termos de escala e custos. Muitos produtores rurais baianos buscam aumento de produtividade e renda, mas não têm as habilidades empresariais necessárias para fazê-lo.

Os pequenos produtores, em particular, enfrentam dificuldades de gestão básicas, como o cálculo dos custos de produção. A prioridade central é tornar esses produtores mais profissionais, fazendo das propriedades rurais, verdadeiros negócios rurais. Além disso, o setor industrial do agro corresponde ainda é bastante pequeno,

implicando em um excesso de escoamento de produção *in natura* na maior parte da produção baiana, por não existir uma integração expressiva.

### **Priorização dos Pequenos Negócios da Agropecuária nos Territórios de Identidade**

Para se ter uma percepção mais acurada da evolução da agricultura baiana nos últimos cinco anos, apresentam-se os dados da agricultura em nível de produto. Os quadros 5, 6 e 7 retratam as três principais culturas por 11 TI selecionadas, em função da maior vocação para o agronegócio, entre 2017 e 2021, indicando a quantidade produzida, a produtividade e o valor de produção.

Vale notar que a **TI da Bacia do Rio Grande**, local dos municípios de São Desidério e Formosa do Rio Preto, maiores PIB agropecuários do Brasil segundo dados de 2020 do IBGE, apresenta uma área colhida média entre 2017 e 2021 de 14%, 29% e 59% para os produtos algodão, milho e soja, respectivamente. A divisão entre a área colhida e a área plantada para as três principais culturas saiu de 99% em 2017 para 100% em 2020 e em 2021, o que indica uma necessidade pela expansão da fronteira agrícola destas culturas ligadas à lógica exportadora, ou em investimento em tecnologias que permitam aumentar a produtividade da colheita sem a necessidade de alocar o solo em cultura de grãos.

Analisando pelo critério CNAE, a priorização da **TI da Bacia do Rio Grande** apresentou empresas que se voltam para o cultivo de soja, cultivo de outros cereais e atividades de apoio à agricultura. Ou seja, as pequenas empresas do agro estão alocadas ou relacionadas a produção de grãos e ao suporte a esta produção. Estas atividades expressam o grau maior de formalização e profissionalização que existe no agro voltado às *commodities*. O grande número de micro e pequenas empresas voltadas para o setor de grão na TI podem ser um reflexo do movimento de substituição de certas culturas pelo cultivo de grãos voltados para a exportação. Os demais CNAE ranqueados parecem corroborar o indicado anteriormente, com preparação de terreno, cultivo e colheita, em sexto lugar, empresas de produção de sementes em sétimos. A pecuária também aparece em algum grau com a produção de bovino para corte, além de algodão,

café. Quando se observa os produtos produzidos a TI apresenta uma concentração de produtos e produção voltada para grãos.

Outro exemplo salutar de se analisar é o caso da mamona no **TI de Irecê**, crescendo em 252,4% a.a. na quantidade produzida entre 2017 e 2021. A razão entre a área colhida pela área plantada saiu de 0.88% para 98% em cinco anos, ainda havendo espaço para se chegar ao nível de máximo aproveitamento da terra.

**No TI Sisal** a taxa de crescimento da produção de mandioca foi de 662,6% entre o ano-base de 2017 e 2021, observando-se uma utilização do solo de 81% em 2017 para 100% em 2020. A razão entre a área colhida e área plantada do milho, segunda principal produto de produção agrícola da Bahia, saltou de 55% em 2017 para 91% em 2021, indicando um aumento expressivo puxado pelo aumento do valor de produção do milho em um cenário de pandemia.

No quadro 5 observa-se a evolução da produção da quantidade produzida para as três principais culturas, nas 11 TI selecionadas, comparando-se o quinquênio 2017-2021. Os maiores indicadores apresentados no período foram para a mandioca (662,6%) e milho (410,2%) no TI Sisal; mamona (252,4%) no TI Irecê. milho no TI Bacia do Paramirim (224,6%) e cana-de-açúcar no TI Velho Chico (117,7%), ao tempo em que declínios apareceram na banana (-50,3%) no TI Litoral Sul e -45% na TI Médio Sudoeste, bem com a mandioca (-32,2%), também na TI Litoral Sul.

**Quadro 4** – Variação da quantidade produzida dos top 3 produtos (2021/2017, R\$ correntes)

TI	Quantidade produzida (ton.)		
<b>Irecê</b>	<b>Cebola</b>	<b>Tomate</b>	<b>Mamona</b>
	-4,0%	-23,8%	252,4%
<b>Velho Chico</b>	<b>Banana</b>	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Mamão</b>
	3,1%	111,7%	0,2%
<b>Chapada Diamantina</b>	<b>Batata-inglesa</b>	<b>Tomate</b>	<b>Cebola</b>
	47,0%	-16,3%	27,4%
<b>Sisal</b>	<b>Mandioca</b>	<b>Milho</b>	<b>Sisal</b>
	662,6%	410,2%	59,3%
<b>Litoral Sul</b>	<b>Banana</b>	<b>Cacau</b>	<b>Mandioca</b>
	-50,3%	-1,51%	-32,2%
<b>Baixo Sul</b>	<b>Banana</b>	<b>Mandioca</b>	<b>Cacau</b>
	-7,5%	19,8%	60%%
<b>ExtremoSul</b>	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Mamão</b>	<b>Café</b>
	5,3%	-18,4%	20,4%
<b>Médio Sudoeste</b>	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Banana</b>	<b>Mandioca</b>
	50,5%	-45%	14,4%
<b>Vale do Jiquiriçá</b>	<b>Mandioca</b>	<b>Banana</b>	<b>Maracujá</b>
	21,3%	24,7%	-6,9%
<b>Bacia do Rio Grande</b>	<b>Soja</b>	<b>Milho</b>	<b>Algodão</b>
	29,3%	18,4%	39,4%
<b>Bacia do Paramirim</b>	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Milho</b>	<b>Manga</b>
	-9,0%	224,6%	-12,4%

Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023)

Já no que se reporta à produtividade, a mandioca apresentou uma elevação de 99% no TI Sisal, seguida de 37,9% no Litoral Sul e 26,3% no Vale do Jequiriça. Na TI Irecê a cana-de-açúcar apresentou uma evolução de 37,1%. Quanto aos declínios, a cana-de-açúcar (-40%) na TI Litoral Sul, seguida pela TI Baixo Sul (-17,6%). A banana teve redução na Bacia do Rio Grande (-25%) e Bacia do Paramirim (-17,4%).

**Quadro 5 – Produtividade do top 3 produtos (2021/2017, R\$ correntes)**

Território de Identidade	Produtividade (kg / ha)		
Irecê	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Banana</b>	<b>Mamão</b>
	37,1%	-2,9%	14,1%
Velho Chico	<b>Tomate</b>	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Cebola</b>
	-1,6%	-2,5%	-3%
Chapada Diamantina	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Cebola</b>	<b>Tomate</b>
	-1,2%	-4,6%	-3%
Sisal	<b>Banana</b>	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Mandioca</b>
	18,1%	-0,26%	99%
Litoral Sul	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Banana</b>	<b>Mandioca</b>
	-40%	-6%	37,9%
Baixo Sul	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Banana</b>	<b>Mamão</b>
	-17,6%	6,9%	-6,1%
Extremo Sul	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Mamão</b>	<b>Laranja</b>
	6,77%	-13,5%	-0,5%
Médio Sudoeste	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Mandioca</b>	<b>Banana</b>
	-2,8%	4,4%	-4,9%
Vale do Jiquiriçá	<b>Tomate</b>	<b>Maracujá</b>	<b>Mandioca</b>
	13,6%	2,2%	26,3%
Bacia do Rio Grande	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Mamão</b>	<b>Banana</b>
	-0,4%	-7,6%	-25%
Bacia do Paramirim	<b>Cana-de-açúcar</b>	<b>Manga</b>	<b>Banana</b>
	-5,5%	-3,8%	-17,4%

Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023)

Quando se analisa a variação do valor da produção, destaca-se a evolução do milho (988%) seguida da mandioca (344%) no TI Sisal. O milho apresenta igual destaque no TI Irecê (252,6%) e TI Bacia do Rio Grande (144,6%). O cacau apresentou evolução importante no TI Médio Sudoeste (208,6%), Baixo Sul (207,3%) e Vale do Jequiriçá (154,1%). Na TI Médio Sudoeste também tem destaque o café (120,1%). Na Bacia do Rio Grande a Soja (215,1%) e o Milho (144,6%) apresentam destaque nesse indicador. Tais evoluções sugerem que o aumento da quantidade produzida destas culturas seja reflexo do elevado preço no mercado internacional, puxado pela demanda por grãos baianos/brasileiros no período referido. Em 2021, segundo o IBGE, a soja somou um valor de produção de R\$ 17.51 bi, algodão herbáceo, R\$ 4,06 bi e milho R\$ 2,6 bi.

**Quadro 6** – Variação do valor da produção do top 3 produtos (2021/2017, R\$ correntes)

Território de Identidade	Valor de produção		
	Milho	Café	Banana
<b>Irecê</b>	252,6%	86,5%	26,4%
<b>Velho Chico</b>	44,2%	116,6%	20%
<b>Chapada Diamantina</b>	104,6%	154,2%	91,7%
<b>Sisal</b>	121%	988%	344%
<b>Litoral Sul</b>	82,4%	-25,5%	132%
<b>Baixo Sul</b>	207,3%	57,8%	131%
<b>Extremo Sul</b>	80,5%	99,6%	-14,7%
<b>Médio Sudoeste</b>	208,6%	120,1%	36,7%
<b>Vale do Jiquiriçá</b>	146,6%	154,1%	-32,5%
<b>Bacia do Rio Grande</b>	215,1%	95,5%	144,6%
<b>Bacia do Paramirim</b>	33,7%	54,2%	43,9%

Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023)

Para o ramo da pecuária analisa-se o número de cabeças por espécie de animal, durante o período de 2017 a 2021. Observou-se os cinco municípios com o maior número de animais cultivados por cada espécie, enquadrando-os em seus respectivas TI. Em primeiro lugar, nota-se a maior presença dos animais das espécies bovinos, bubalinos, equinos, suínos, caprinos e ovinos em ordem decrescente. Em 2021, a Bahia respondia por 28,18% dos caprinos, 20,68% dos ovinos, 7,62% dos equinos e 5,23% dos bovinos do Brasil. O quadro 7 mostra a produção respectiva dos cinco principais municípios pela suas TI de pertencimento, sua taxa de crescimento entre 2017 e 2021 e a participação da quantidade de animais no total brasileiro, entre 2017 e 2021. A taxa de crescimento da produção de galináceos observou o maior aumento (+8,7%) no período observado, seguida pelos ovinos, bubalinos, caprinos e bovinos. A taxa de crescimento do número de cabeças de equinos diminuiu sensivelmente durante o período em questão (-0.2%).

**Quadro 7** - municípios com maior número de cabeças (representados pelos respectivos TI), taxa de crescimento e participação no Brasil (2017-2021)

<b>Animal</b>	<b>5 principais municípios (TI)</b>	<b>% crescimento (17-21)</b>	<b>% BR (17-21)</b>
Caprinos	Sertão do São Francisco	3,6%	10,4%
Ovinos	Sertão do São Francisco	8,2%	6,5%
Bovinos	Extremo Sul, Médio Sudoeste, Costa do Descobrimento e Bacia do Rio Corrente	0,8%	0,5%
Equinos	Sudoeste, Médio Sudoeste, Extremo Sul	-0,2%	0,5%
Bubalinos	RMS, Portal do Sertão, Litoral Sul e Costa do Descobrimento	4,1%	0,6%
Galináceos	Portal do Sertão, Bacia do Rio Grande, Costa do Descobrimento e Sudoeste	8,7%	1,3%

Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023)

Estes dados são complementados com o valor de produção dos principais produtos derivados destas espécies, cujos principais são o leite de vaca, ovos de galinha e mel de abelha. O leite de vaca baiano se concentra sobretudo em Medeiros Neto, Itanhém, Ibirapoã, na TI do Extremo Sul, em Jaborandi, na TI da Bacia do Rio Corrente, em Itarantim, na TI do Médio Sudoeste da Bahia, Ipirá e Riachão do Jacuípe na Bacia do Jacuípe e Guaratinga na Costa do Descobrimento. Em uma média dos últimos cinco anos, o leite destas regiões, representou aproximadamente 15% do leite total produzido na Bahia e 0,45% do leite de vaca brasileiro. Em 2021, seu valor de produção chegou a R\$ 2,07 bilhões.

O segundo produto de origem animal com maior expressão de valor de produção são os ovos de galinha (R\$ 610,3 mi), cuja produção se concentra no Portal do Sertão, Bacia do Rio Grande, Litoral Norte e Agreste e Itaparica. Os dez primeiros municípios, inseridos nestas cinco TI respondem por 46% do valor de produção baiano, ou 1,1% do valor de produção brasileiro. A produção do mel (R\$ 60,5 mi) de abelha baiano é concentrada 40% no Semiárido Nordeste II e no Sertão do São Francisco, com uma ligeira presença no TI do Sisal. O valor de produção dos ovos de codorna, casulos do bicho-da-seda e da lã respondem por menos de 0,1% do total brasileiro.

### **Potencialidades para atuação na agropecuária**

Nos quadros 4,5,6, 7 e 8 foram anteriormente apresentados os indicadores de desempenho das atividades agropecuárias nos 11 Territórios de Identidade priorizados

em razão das suas contribuições para a agropecuária em nosso Estado. Tais análises subsidiam elencar as atividades com maiores potencialidades para atuação.

Ao analisar o setor agropecuário formal do estado da Bahia, expresso no número de empreendimento e empregos, nota-se o seguinte cenário: a Bacia do Rio Grande, o Litoral Sul e o Sudoeste Baiano são os principais TI do setor agropecuário. Os Territórios de Identidade piores avaliados foram Itaparica, Piemonte da Diamantina e Piemonte Norte do Itapicuru foram os TI no qual a agricultura menos se traduz em empreendedorismo, emprego e renda.

**Quadro 8 – IP Agricultura e Pecuária**

<b>Priorizada</b>	<b>Menos Relevantes</b>
<b>Bacia do Rio Grande</b>	Itaparica
<b>Litoral Sul</b>	Piemonte da Diamantina
<b>Sudoeste Baiano</b>	Piemonte Norte do Itapicuru

**Quadro 9 - IP Agricultura e Pecuária Atividades**

<b>Priorizada</b>	<b>Principais Atividades</b>	<b>Potencial</b>
<b>Bacia do Rio Grande</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultivo de Soja;</li> <li>• Cultivo de outros cereais;</li> <li>• Atividade de apoio à agricultura.</li> </ul>	Expansão da competitividade do segmento de grãos ligada à exportação e integração de pequenos negócios para atividade de suporte.
<b>Litoral Sul</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultivo de Cacau;</li> <li>• Criação de Bovino para Corte;</li> <li>• Criação de Bovino para Leite.</li> </ul>	Expansão da competitividade do cacau voltado para exportação, através de escala de pequenos produtores; Acompanhamento da bovinocultura para melhoria da competitividade comparado a demais estados líderes.
<b>Sudoeste Baiano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultivo de Café;</li> <li>• Criação de Bovino para Corte;</li> <li>• Criação de Bovino para Leite.</li> </ul>	Ações para o fomento da cadeia do café tanto para exportação quanto para consumo nacional, acompanhado do crescimento da competitividade da bovinocultura.

### **Agronegócios - Linhas de Ações<sup>3</sup>**

1. Enfatizar e expandir políticas públicas em benefício da agricultura familiar visando desenvolver uma cultura empreendedora nesse segmento e estimular o cooperativismo para os pequenos negócios, sem essas iniciativas a produção familiar encontra sérias dificuldades para sair da situação de subsistência. O

<sup>3</sup> Essas Linhas de Ações estão já foram homologadas pelos representantes do Grupo Focal

fortalecimento de organizações políticas e econômicas próprias da agricultura familiar pode ampliar o acesso à terra, financiamento e tecnologias através da demanda por políticas públicas para a categoria;

2. Apoio a Organização Social, fomentando o cooperativismo como forma de ganho de escala. A escala vem do associativismo e cooperativismo, os pequenos negócios precisam ganhar escala e rentabilidade. É preciso profissionalismo, a saída não é formar milhares de cooperativas, mas conseguir profissionalizar as cooperativas do setor. O ser “economicamente viável” vem disto. Não é uma ou mais cooperativas em cada cidade, mas uma cooperativa em muitas cidades para alcançar escala;
3. Implementação de iniciativas que propiciem organizar os pequenos para conseguir uma cultura exportadora. Cultura empreendedora, profissionalismo, cooperativismo e o associativismo são fundamentais para garantir estimular a inserção no mercado externo pelos pequenos produtores familiares;
4. Assistência Técnica e Gerencial para pequenos e médios produtores, via construção e difusão de instrumentos e metodologias que estimulem a profissionalização, consultorias com profissionais das ciências agrárias e formação empreendedora para ao campo e acesso ao crédito;
5. Quando ao encadeamento produtivo: (a) apoiar a agroindustrialização e verticalização da produção, fomentando a adequação das agroindústrias existentes e estabelecimentos de novas plantas industriais; (b) elaborar planos de integração agroindustrial; (c) promover espaços de diálogo conjuntos com outras cadeias produtivas com mais escala e produtividade, como a soja; e (d) fomentar ações de produção local, a exemplo das pequenas fábricas de chocolate, que podem se caracterizar por uma produção local e sustentável;
6. Promoção de iniciativas visando a inovação no campo por meio de investimentos em tecnologia rural e pesquisa em agronomia. O governo do estado deve atuar na produção de inteligência competitiva através de: (a) dados mais confiáveis sobre o setor; (b) gestão e monitoramento de dados técnicos e econômicos do Estado; (c) gestão e controle dos indicadores agropecuários do Estado; e (d) formulação e divulgação de Zoneamentos Agropecuários Regionais; e (e) ampliação da conectividade no campo;
7. Quanto aos poderes públicos municipais. O Governo estadual, via diálogos com a União dos Prefeitos da Bahia, poderia estimular gestores municipais estruturarem

planos de municipalização da assistência técnica, criando uma rede de assistência efetiva e consórcios intermunicipais;

8. Quanto às questões sanitárias: (a) implantação de projeto de rastreabilidade fiscal para as demais cadeias produtivas, como já existe no agro, para produzir informações confiáveis e selo de origem; (b) promover a Segurança Sanitária do Estado, incluindo a interlocução para agilidade na concessão das inúmeras licenças, de todos os níveis, impostas aos produtores rurais e agroindústrias; e (c) agilizar a certificação para o Selo Arte;
9. Ações estruturantes e planejadas para o Semiárido, voltadas à captação e armazenamento hídrico, estratégias para uso racional da água, fomento à irrigação, produção de forragem/reserva estratégica alimentar adaptadas, viabilização da agricultura de sequeiro, assistência técnica para manejo dos rebanhos e plantio das lavouras. Dessa forma, minimizar os problemas e riscos que as estações secas promovem às economias rurais, municipais e do Estado como um todo, destacando as seguintes ações: (a) garantia da disponibilidade de água para a população do Semiárido; (b) planejamento, concepção, elaboração e execução de um Plano de Estruturação Hídrica para o Semiárido Baiano; (c) instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água - SSAA para dessedentação coletiva de animais; (d) apoio à validação e implantação do acervo de tecnologias para desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária disponível nas universidades, centros de pesquisa e empresas privadas; (e) parcerias técnicas com outros países com realidade parecida para troca de experiências e implantação de ações bem-sucedidas; e (f) fomento aos distritos estaduais de irrigação;
10. Reestruturação dos organismos estaduais de apoio ao agronegócio: unificação da Seagri com a SDR para um setor único e forte e renovação e fortalecimento do corpo técnico; Reestruturação e fortalecimento da Bahia Pesca; Reestruturação da ADAB, incluindo a recomposição e reestruturação do seu corpo técnico; Criação de “subsecretarias regionais”;
11. Planejamento e execução de novas estratégias de disponibilidade de água nas regiões produtoras do Estado planejamento, elaborando e executando um novo Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH); ampliando o maior número possível de reservatórios de água, tais como barragens de pequeno, médio e grande porte, barramentos, açudes, barragens subterrâneas, caixas d’água; e realizando uma

- gestão sustentável, eficiente, responsável e consciente dos reservatórios hídricos já existentes;
12. Implementar medidas para minimizar a insegurança física e legal das propriedades rurais e viabilizar a reintegração e recuperação das fazendas do Estado;
  13. Promover a melhoria da eficiência energética e fomento às fontes de energia renováveis;
  14. Apoio, expansão e abertura de mercados, considerando: (a) a busca pela internacionalização; a valorização das regionalidades e identificação geográfica; (b) a ampliação de mercado institucional e interestaduais; (c) a expansão da capacidade de armazenamento; (d) o apoio à criação de novos CEASAs em regiões estratégicas;
  15. Estabelecimento de políticas públicas de apoio e incentivo à estruturação e instalação de armazéns públicos e privados; acesso ao crédito para construção de estruturas privadas e incentivo ao fortalecimento da Conab e às suas áreas de armazenagem;
  16. Melhorias das condições de infraestrutura de transporte por meio: (a) da conservação, restauração, reforma e manutenção da malha rodoviária existente; da abertura de novas concessões para estradas estaduais de grande importância para o escoamento da produção agropecuária e agroindustrial (BA-210 e BA-290); (b) da abertura de novos trechos rodoviários, onde existe obstáculo para transporte das cargas do Agro (BA-052, BA-120, BA-122, BA-172, BA-210, BA-290, BA-422, BA-582, BA-583, BA-667); (c) da atuação em parceria com Governo Federal para conservação, restauração, reforma, manutenção e duplicação das rodovias federais (BR-020, BR-101, BR-242, BR-324, BR-407, além do apoio para restauração e ampliação da malha ferroviária do Estado (Ferrovia Centro-Atlântica – FCA, da Ferrovia de Integração Oeste Leste - FIOL – Novo traçado para a FIOL III, ligando Barreiras a Mara Rosa (GO); da utilização e maior aproveitamento das vias fluviais e estruturação, modernização e ampliação da rede portuária do Estado;
  17. Quanto as ações da educação: (a) fortalecimento da Educação Rural; (b) inclusão, nos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, da temática “Educação Empreendedora para o Agronegócio” nas disciplinas eletivas do Novo Ensino. Médio para as escolas que contemplam estudantes do meio rural; (c) promoção de ensino sobre o agro nas escolas, valorizando a cultura rural, garantindo nas formações de

educadores e temáticas abordadas em sala de aula do ensino médio temas voltados para o setor agropecuário;(d) ampliação da oferta de (e) qualificação profissional, nas modalidades de educação presencial e à distância; (f) fortalecimento das instituições de ensino superior, proporcionando maior visibilidade às atividades agropecuárias das regiões em que estão inseridas;(g) promoção do Ensino Técnico Profissionalizante; e (h) recolocar em atividade as Fazendas do Estado, transformando-as novamente em unidades de referência, no modelo de Fazendas Escolas, para capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de jovens e adultos, difusão de tecnologias e modelos de gestão empreendedora.

## **Evolução do Comércio e Serviços**

Nesse capítulo focaremos a análise no comércio varejista e atividades de serviços, considerando as influências da informalidade e do mercado de trabalho. Em capítulos específicos procederemos análises sobre o turismo e economia criativa, também caracterizados como setor terciário.

Os resultados do PIB da Bahia 2021 indicam que a economia baiana apontou crescimento de 4,1%, recuperando as perdas de 2020, decorrentes dos efeitos negativos da pandemia. No acumulado do ano de 2021, o PIB baiano totalizou R\$ 347,9 bilhões, sendo cerca de 12,9% deste valor impostos sobre produtos líquidos de subsídios. No que diz respeito aos grandes setores, o setor de serviços correspondeu a 56% do VA (R\$ 195,2 bilhões). Segundo indicações da SEI, o setor registrou expansão de 4,6%, favorecido pela boa recuperação do Comércio (+4,1%), além da taxa positiva nas atividades imobiliárias (+2,4%). Um segmento que apresentou recuo foi o de transportes (-7,1%). Destaca-se ainda o crescimento no amplo grupo outros serviços, com expansão de 9,9% no quarto trimestre de 2021.

### **Limites e Desafios para o Comércio e Serviços**

O comércio baiano tem sido afetado pelos mesmos fenômenos que vêm redesenhando o perfil do comércio no Brasil: (a) crescimento do comércio informal; (b) desaparecimento de algumas grandes lojas de departamentos, em processos de falências; (c) processos de fusões e aquisições de redes de supermercados; (d) absorção do mercado do pequeno varejo como mercearias e mercadinhos pelas grandes redes de supermercados e concorrência do comércio eletrônico via Internet (Vieira e outros, 2000). Acrescenta-se a esses fenômenos a expansão de grandes redes de farmácias.

O crescimento do comércio informal, consequência do alto desemprego especialmente na RMS, configura uma concorrência que afeta diretamente o segmento varejista de produtos populares. Ao longo dos anos 2000 grandes redes varejistas com lojas de rua têm perdido fatias de mercado para o comércio informal. Entre as lojas de departamentos, nenhuma tem sede na Bahia, sendo, portanto, o fenômeno dos múltiplos processos de falências resultante de uma crise em nível nacional, geralmente atribuído à política monetária do governo (juros elevados e contração do crédito) e a

modelos de gestão inadequados ao processo de adaptação às mudanças na economia (Vieira e outros, 2000).

Ainda segundo análises de Vieira e outros (2000) um outro impacto sofrido pelo comércio em geral tem sido o resultante da dinâmica de crescimento dos supermercados, que representavam cerca de 35% do comércio varejista na RMS em 1999. Este segmento migrou para um perfil de oferta que disponibiliza produtos típicos de lojas especializadas, a exemplo de pneus, material escolar e eletroeletrônicos, incorporados ao seu padrão normal de fornecimento. Uma característica marcante tem sido o processo de fusões e aquisições, que concentrou, em nível nacional, 40% das vendas dos supermercados nos cinco maiores grupos do setor. Este processo vem se repetindo na Bahia. Os supermercados vêm representando um fator de enfraquecimento do pequeno varejo voltado para o comércio de alimentos em geral, na medida em que absorve a sua clientela, com a oferta de melhores preços, produtos higienizados e, provavelmente, o fácil processo de escolha/pagamento/embalagem, que torna impessoal e mais rápido o tempo dedicado à compra.

Constatou-se que partir dos anos 2000, em todo o Brasil e na Bahia, uma forte expansão do varejo farmacêutico, acompanhada pela financeirização dos padrões de acumulação das grandes redes de farmácias. Na dimensão patrimonial, identificou-se verticalização, diversificação, capitalização por operações financeiras e patrimoniais, intensificação de fusões e aquisições, abertura de farmácias, entrada de investidores, mudanças na gestão e organização interna. Na contábil-financeira, constatou-se aumento de porte (receitas, ativos, patrimônio) e bom desempenho (retorno sobre capital próprio, giro do ativo e capitais de terceiros) das redes em comparação às empresas brasileiras e da saúde, estreitando a participação de farmácias de micro e pequeno porte nesse mercado (Mattos e outros, 2022).

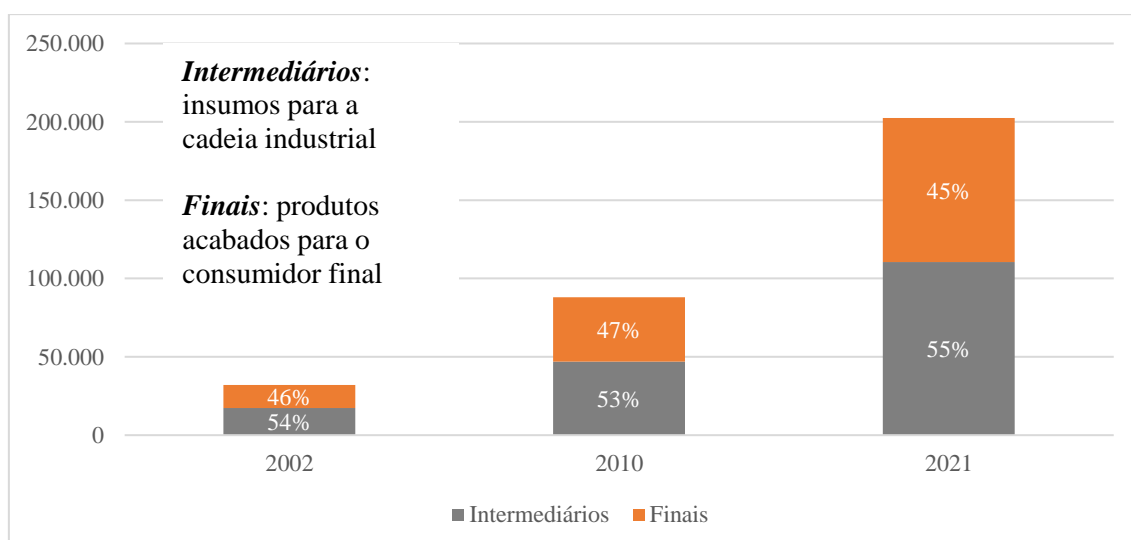
O comércio eletrônico, que tem apresentado elevadas taxas de crescimento no país, é um outro vetor de extrema importância, mobilizando diversos segmentos, incluindo pequenos supermercados, farmácias, restaurantes e uma gama diversa de produtos e serviços. Além do comércio eletrônico a “pirataria” tem causado feitos negativos para o comércio baiano. Entre esses produtos estão roupas, perfumes, remédios, plataformas de streaming, TV a cabo e até carros de luxo falsificados. Produtos piratas podem causar a redução da arrecadação de impostos; redução na criação de empregos; incentivo ao crime organizado; baixa qualidade de produtos,

podendo acarretar acidentes, intoxicações e outros problemas aos consumidores (FETRABASE; FAEB; Fecomércio-BA; e FIEB – 2022).

Não se pode deixar de mencionar questões relacionadas à segurança pública. Infelizmente o Estado da Bahia ocupa uma posição desconfortável nesse ranqueamento. Regiões consideradas mais violentas têm dificuldade em reter e atrair investimentos e de gerar empregos e renda. Também tem crescido o roubo de cargas, crime que afeta fortemente a economia por seus efeitos em cadeia, resultando em uma forte perda de competitividade, com a transferência dos custos extras para a sociedade através do preço final das mercadorias. Para os governos, sobretudo os estados, ocorre perda da arrecadação de impostos com a comercialização clandestina dessas cargas. (FETRABASE; FAEB; Fecomércio-BA; e FIEB – 2022).

Considerando-se diferenciações nas tipologias entre serviços intermediários e finais, onde a primeira relaciona àquela parte dos serviços inseridos na cadeia produtiva industrial, fornecendo insumos para produtos e os serviços finais são produtos de consumo destinados ao consumidor final, de natureza instantânea, como serviço de cabelereiro, corretagem de imóveis, produtos de higiene etc., pode-se perceber conforme gráfico 22 a seguir, a evolução do PIB dos serviços intermediários e finais, de 2002 a 2020 no Estado da Bahia.

**Gráfico 9** – Evolução do PIB dos Serviços Intermediários e Finais (2002; 2010 e 2021, R\$ milhares)

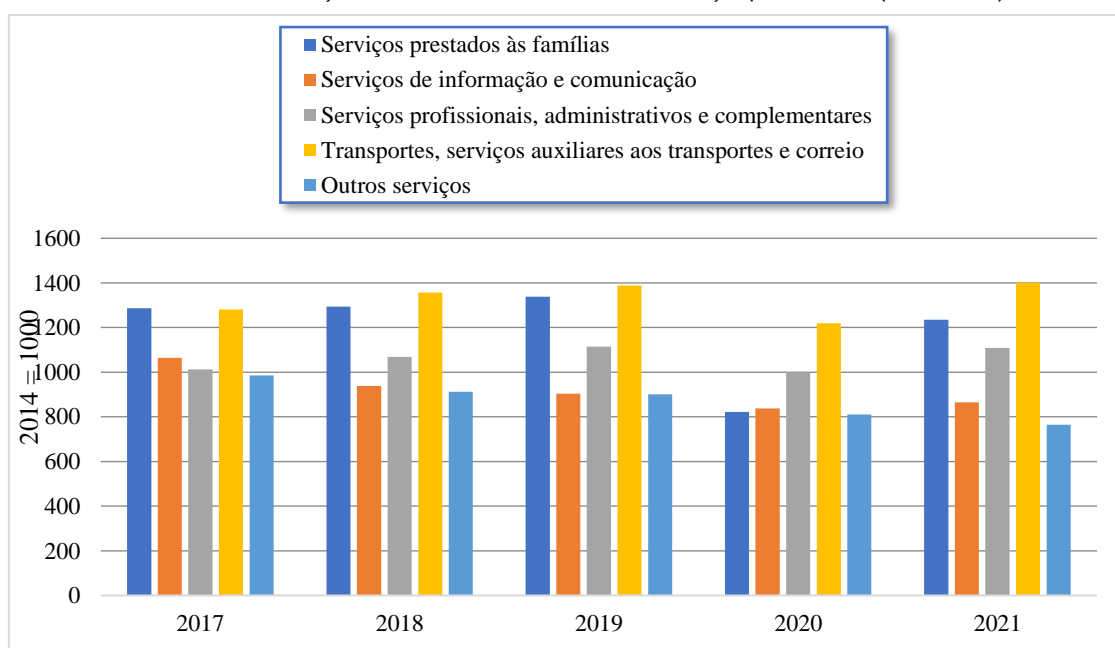


Fonte: Adaptado de SEI (2023) e Sidra-IBGE (2023).

Economias mais avançadas contemplam uma presença mais relevante do setor de serviços intermediários, com um maior número de atividades intensivas em tecnologia,

com fortes vínculo com setores industriais, como novas tecnologias de comunicação e desenvolvimento de softwares. Análise desses setores será segregada e tratada no capítulo onde se abordará sobre a Economia Criativa. Aqui determos uma análise mais direcionada aos serviços finais, onde se demonstra no Gráfico 23 a seguir, entre 2017 e 2020, uma presença estabilizada dos serviços prestados às famílias e um crescimento dos serviços de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, provavelmente influenciado pelo fenômeno da “Uberização” e da presença do comércio eletrônico.

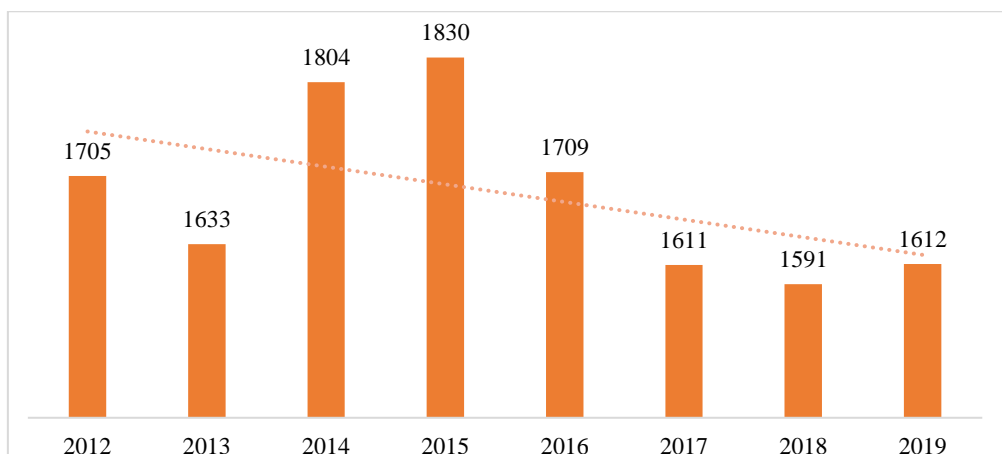
**Gráfico 10** – Evolução do Índice de receita do setor de serviços por atividade (2014= 1000)



Fonte: Valor & Foco - Adaptado de Sidra-IBGE (2023)

Fruto da análise anterior, torna-se necessário uma breve apreciação da situação da informalidade, apresentando-se no Gráfico 24 a seguir, o comportamento, nos últimos 07 anos, dos números de pessoas ocupadas como empregador ou por conta própria na Bahia, sem registro de CNPJ. O setor de comércio e serviços se destaca dos demais pela alta presença de informalidade, resultante do baixo custo envolvidos em muitas de suas atividades. Os serviços informais, por exemplo, relacionam-se às atividades pouco especializadas, em que a remuneração se dá em patamares baixos e por tempo. Grande parte das atividades desenvolvidas por estas pessoas estava relacionada ao comércio (54%) e depois aos serviços (35%). A tendência da série era de diminuição até 2018, mas possivelmente estes números aumentaram com a pandemia da Covid-19.

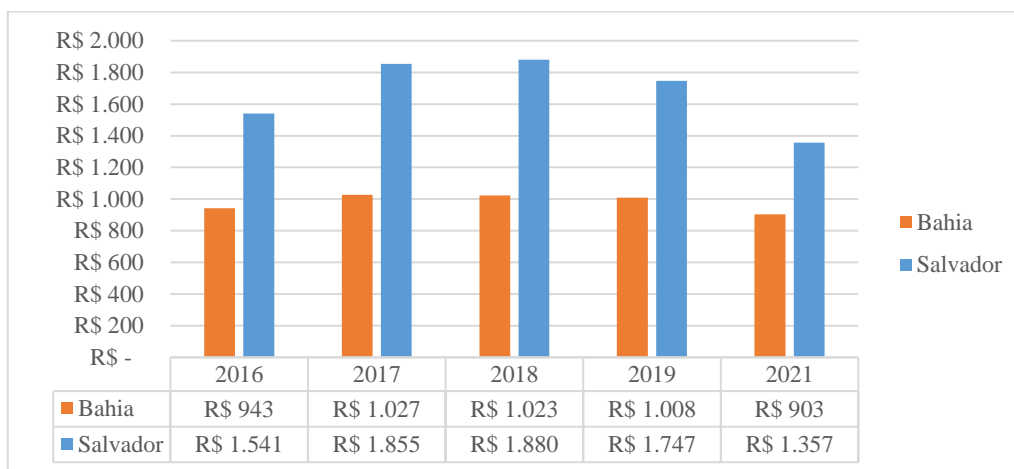
**Gráfico 11** – Pessoas ocupadas como empregador ou por conta própria na Bahia, sem registro de CNPJ (mil pessoas)



Fonte: Adaptado de IBGE (2023)

É natural que a informalidade, além de, dentre outros, o nível de escolarização, sejam fatores que influenciam o nível de renda da população baiana, conforme apresentado no Gráfico 25 a seguir.

**Gráfico 12** - Rendimento Médio Per Capita nos Domicílios baianos



Fonte: Adaptado de PNAD (2023).

O estado fica abaixo da média nacional, que foi de R\$ 1.431,00, em 2021. A média significativamente maior do município de Salvador não reflete uma maior qualidade de vida, mas possivelmente ressalta um alto nível de concentração econômica, uma vez que Salvador representa uma parcela elevada da taxa de desemprego do estado.

Conforme apresentado na Tabela 19 a seguir, os setores de Serviços e da Administração Pública são os que mais empregam na Bahia, a partir dos dados da Rais<sup>4</sup>. Estes segmentos, conjuntamente, representaram 60% dos postos de trabalho em 2021. O setor de serviços costuma se concentrar e polarizar em polos urbanos. A RMS concentra atividades de serviços, tanto públicos quanto privados. A estabilidade do número de pessoas empregadas em serviços consolida o crescimento deste setor em detrimento da indústria, fato observado no Brasil como um todo e que se repete no Estado da Bahia.

**Tabela 1** – Estoque Formais de Emprego – Bahia -2021

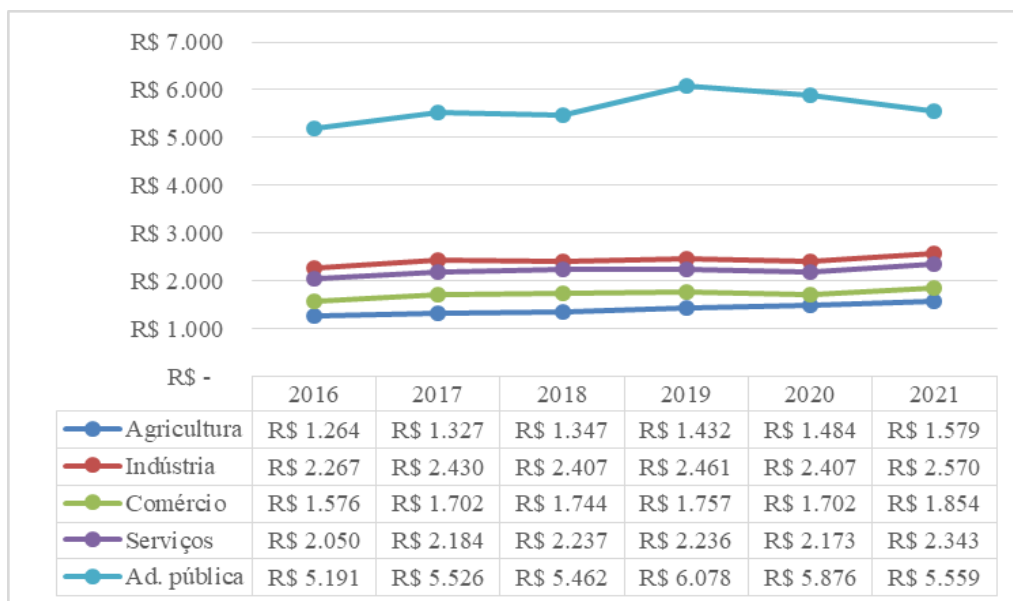
<b>Atividade Econômica</b>	<b>Estoque de Empregos Formais - 2021</b>	<b>Participação Relativa Atividade Econômica(%)</b>
Serviços	792.872	33,7%
Administração Pública	625.526	26,6%
Comércio	443.976	18,9%
Indústria da Transformação	231.326	9,8%
Construção Civil	114.405	4,9%
Agropecuária	97.133	4,1%
SIUP	30.269	1,3%
Extrativa Mineral	17.691	0,8%
<b>Total</b>	<b>2.353.198</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SEI-Infobahia - 2023

O Gráfico 26 a seguir apresenta a média salarial por macro setor da atividade econômica, onde média salarial da administração pública está significativamente acima da média dos trabalhadores do setor privado nos três macro setores e a agricultura possui o menor salário médio.

<sup>4</sup> Que considera as declarações de empregados por parte das empresas e pode resultar em uma avaliação com subnotificação ou enviesada para certos setores, como a administração pública, que é apresentada com tamanho similar ao setor de serviços.

**Gráfico 13 – Média Salarial por Setor no estado da Bahia**



Fonte: Adaptado de MTE (2023)

No que se reporta a educação, a tabela 20 a seguir, por si só, explica as razões para dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho e do quanto essa situação compromete a formação e qualidade da mão de obra. Embora tenha apresentado um declínio de cerca de 12,5% entre 2019 e 2022, o nosso Estado, lidera a desconfortável posição de pessoas de 15 anos e mais analfabetas.

Quadro 10 - Pessoas de 15 anos ou mais, analfabetas, por sexo e grupo de idade

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Ano x Sexo						Variação Total 2019- 2022(%)
	2019			2022			
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
Brasil	10054	5095	4959	9560	4834	4727	-4,91%
Norte	937	503	434	905	489	416	-3,42%
Nordeste	5678	3018	2660	5284	2822	2462	-6,94%
Sudeste	2168	987	1181	2121	954	1167	-2,17%
Sul	718	315	403	724	308	416	0,84%
Centro-Oeste	553	272	282	526	261	266	-4,88%
<b>Bahia</b>	<b>1387</b>	<b>714</b>	<b>673</b>	<b>1214</b>	<b>616</b>	<b>598</b>	<b>-12,47%</b>
Ceará	898	506	393	892	496	396	-0,67%
Pernambuco	816	410	406	833	430	403	2,08%
São Paulo	890	376	515	830	357	473	-6,74%
Minas Gerais	855	417	437	822	384	438	-3,86%
Maranhão	758	398	360	647	345	302	-14,64%
Pará	491	270	222	491	271	220	0,00%
Paraíba	468	264	204	431	244	187	-7,91%
Piauí	375	206	169	383	205	178	2,13%
Alagoas	407	204	203	370	190	180	-9,09%
Paraná	373	153	220	365	144	221	-2,14%
Rio de Janeiro	274	126	147	313	143	170	14,23%
Rio Grande do Norte	345	197	148	298	173	125	-13,62%
Goiás	252	128	124	260	134	126	3,17%
Rio Grande do Sul	224	108	116	232	108	124	3,57%
Sergipe	223	119	105	215	123	92	-3,59%
Espírito Santo	150	68	82	156	70	86	4,00%
Amazonas	147	80	67	148	79	69	0,68%
Mato Grosso	146	72	75	134	64	70	-8,22%
Santa Catarina	121	55	66	127	57	71	4,96%
Tocantins	105	55	50	90	51	40	-14,29%
Mato Grosso do Sul	95	46	49	85	42	43	-10,53%
Rondônia	77	36	41	69	33	36	-10,39%
Acre	68	38	30	57	30	27	-16,18%
Distrito Federal	60	26	34	47	20	26	-21,67%
Amapá	32	15	16	33	16	17	3,13%
Roraima	18	10	7	17	9	8	-5,56%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

Entre as entidades representativas das classes empresariais do segmento há preocupações relacionadas ao elevado grau de informalidade ao longo da história do setor de comércio e serviços, fator limitante para a saúde das MPEs. A baixa capacidade

em gerir o próprio negócio e a mão-de-obra com baixo grau de especialização contribuem para uma taxa de mortalidade empresarial elevada, fator decisivo para os números da informalidade no setor. O estímulo a educação e a cultura empreendedora e ao treinamento da mão-de-obra são a chave para um melhor posicionamento do setor de comércio e serviços na Bahia, de natureza micro e pequena, muitas vezes, familiar.

A valorização da produção baiana no setor de comércio e serviços se revela como expectativas das entidades representativas desse segmento. Iniciativas como o *Made in Bahia* poderiam ser difundidas entre as TI do estado através de entidades locais vinculadas ao Sistema S, o que aumentaria o poder de atuação local das entidades e a capilaridade dos negócios em outras unidades da federação e até no exterior, aumentando a visibilidade dos negócios baianos, promovendo o comércio local.

### **Comércio e Serviços- Linhas de Ações<sup>5</sup>**

1. Cooperação Técnica Sebrae-Ba e Juceb, cabendo à Juceb, respeitando diretrizes da Lei geral de Proteção de Dados (LGPD), disponibilizar cadastros dos empreendimentos formalizados, para que o Sebrae possa estimular os recém formalizados participarem dos processos de orientações, educação empreendedora, gestão tributária, financeira, tecnológica e de outras soluções de suporte aos novos empreendedores. O empreendedor sonha em ser dono do seu negócio, mas não sabe por onde começar. O empreendedor informal não percebe vantagem em formalizar seu negócio ou pagar os impostos, este cenário precisa ser modificado. A informalidade dificulta o recolhimento de imposto;
2. Cooperação Técnica entre a Setre, Sebrae Bahia e bancos federais (BB, BNB, CEF) e Desenbahia, onde caberia às instituições financeiras, respeitando diretrizes da Lei geral de Proteção de Dados (LGPD), disponibilizar cadastros dos empreendimentos demandantes de financiamentos, para que o Sebrae possa prestar orientações técnicas nos processos relacionados à captação de recursos – estudo de viabilidade técnico e econômico e aplicação dos recursos durante o processo de captação e pós aprovação do financiamento;
3. Cooperações técnicas multisetoriais com as diversas entidades representativas de classes empresariais, Salas do Empreendedor e Serviço de Atendimento ao

---

<sup>5</sup> Essas Linhas de Ações estão em fase de homologação pelos representantes do Grupo Focal

- Cidadão (SACs Empresariais) para acolhimento dos candidatos a empreendedores e microempreendedores individuais e transferência de conteúdos que abordem sobre o empreendedorismo e gestão de negócios disponíveis no portfólio do Sebrae Bahia e outras entidades empresariais;
4. Estabelecimento de convênios de cooperações técnicas entre o Secretarias do Governo do Estado (Setre, SDE, Seagri), Sebrae e entidades representativas de classes empresariais para estimular o associativismo e cooperativismo entre empreendimento e habilitar MEIs, Pequenos Negócios e Agricultores familiares participarem, coletivamente, de compras institucionais junto aos diversos poderes públicos;
  5. Cumprir e estimular as prefeituras a cumprirem legislação que regula compras das MPE (Dispositivo Lei Geral das MPEs – aquisição junto às micro e pequenas empresas);
  6. Estimular executivos municipais, via União de Prefeitos da Bahia, promoverem a revitalização de áreas degradadas das cidades, via atração de negócios e formalização de atividades;
  7. Estimular executivos municipais, via União de Prefeitos da Bahia, adotarem ao programa Cidade Empreendedora do Sebrae Bahia, especialmente os dos municípios com maiores vulnerabilidades socioeconômicas, visando: (a) estimular o empreendedorismo conforme suas vocações e aptidões econômicas; (b) qualificar gestores públicos para implementação plena da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; (c) identificar e formar lideranças públicas e privadas nos respectivos municípios;
  8. Investir em concessões e modernização da estrutura, melhora dos modais de transporte, visando, inclusive, barateamento do frete e possibilitando a prestação adequada de serviços;
  9. Investimentos na operacionalização dos aeroportos, obras de mobilidade urbana na capital e no interior, a exemplo do sistema de metrô, BRT e VLT; incentivo ao uso dos transportes coletivos e implantação de contornos viários, a exemplo da duplicação do trecho norte do anel rodoviário de Feira de Santana;
  10. Modernização da FCA - Ferrovia Centro Atlântica S.A., no corredor Minas-Bahia, a criação de um segundo terminal de contêiner no Porto de Salvador ou

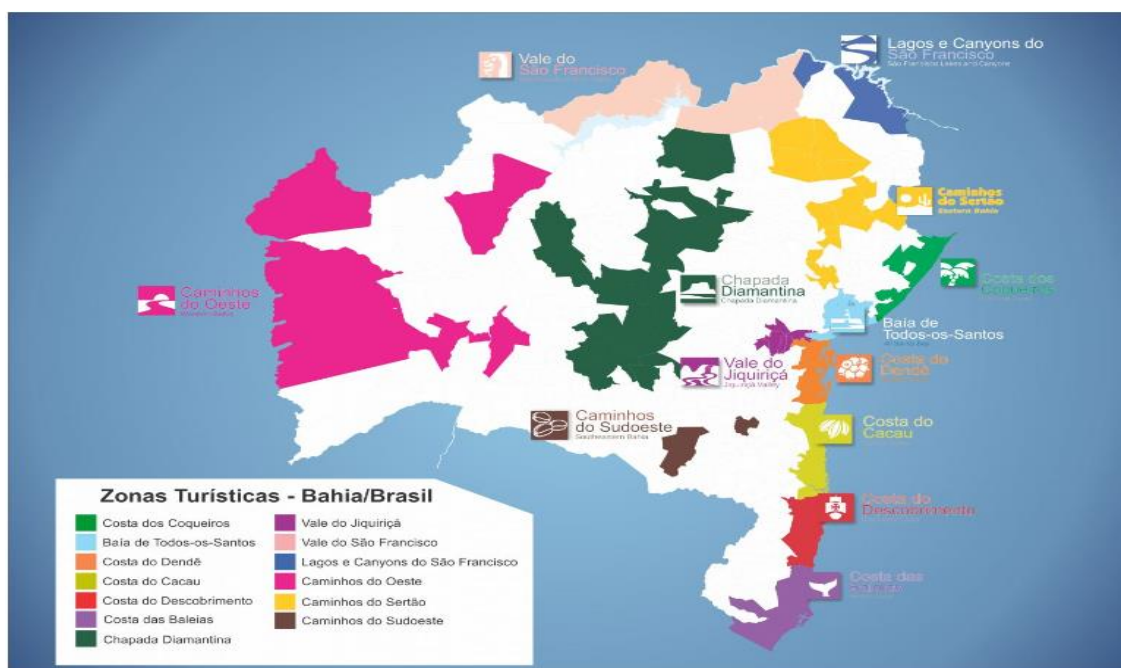
ampliação do Tecon, além de outro terminal de líquidos e tancagem no Porto de Aratu;

11. Segurança pública preventiva e ostensiva nos grandes centros comerciais e zonas turísticas do Estado da Bahia, usando também a inovação como ferramenta para a prevenção e combate à criminalidade.

## Evolução do Turismo

A Bahia possui 13 zonas turísticas. As zonas englobam todas as grandes regiões do estado, mas especialmente seu litoral, o que contribui para o processo de interiorização do desenvolvimento.

Mapa 3 – Zonas Turísticas - Bahia



Fonte: Observatório Turismo Bahia

Segundo a Lei Estadual n. 12.933 o turismo é a atividade econômica decorrente de viagens e respectivas permanências das pessoas em lugares distintos dos que vivem, por período inferior a um ano consecutivo e superior a 24 horas, com a finalidade de lazer, negócios, cultura, religião, entretenimento e outros. A atividade gera movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural, conservação e preservação da biodiversidade e do patrimônio histórico. São todas as atividades ligadas à hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, recepção turística, eventos, recreação e entretenimento, além de outras utilizadas pelos turistas em seus deslocamentos (SEI, 2022).

As Regiões Turísticas da Bahia contemplaram, até o ano de 2020, um total de 133 municípios, observando-se decréscimo na participação das ACT (Atividades Características do Turismo de 2020 em relação a 2019 em 11 Regiões Turísticas da Bahia decorrente dos desdobramentos da pandemia de Covid-19, que repercutiu nos mais diversos aspectos, sobretudo o econômico.

**Tabela 2** - Participação das regiões turísticas no total das ACT Bahia – 2018/2019/2020

Regiões turísticas	% ACT		
	2018	2019	2020
Baía de Todos os Santos	49,20	46,34	45,14
Costa dos Coqueiros	9,39	9,59	10,00
Caminhos do Sertão	6,87	6,71	7,26
Costa do Descobrimento	6,66	6,78	5,54
Costa do Cacau	4,63	4,51	4,38
Caminhos do Sudoeste	3,82	4,07	3,96
Caminhos do Oeste	2,12	2,36	2,70
Costa das Baleias	1,92	1,91	2,11
Chapada Diamantina	1,79	1,89	2,00
Vale do São Francisco	1,45	1,54	1,55
Costa do Dendê	1,34	1,47	1,32
Caminhos de Jiquiriça	0,74	0,80	0,77
Lagos Canyos do São Francisco	0,48	0,50	0,47
<b>Total das Regiões Turísticas</b>	<b>90,41</b>	<b>88,48</b>	<b>87,21</b>

Fonte: SEI/DISTAT/COREF (2020).

Elaboração: Equipe PIB Municipal/MTUR (2022).

Conforme se pode constatar na Tabela 23 a seguir, em 2020 a Região Turística da Costa do Descobrimento apresentou a maior dependência das Atividades Características do Turismo (13,96%), o que significa que aproximadamente 1/7 do valor adicionado total dessa zona turística provém dessas atividades, demonstrando o quão são relevantes para o desenvolvimento da região.

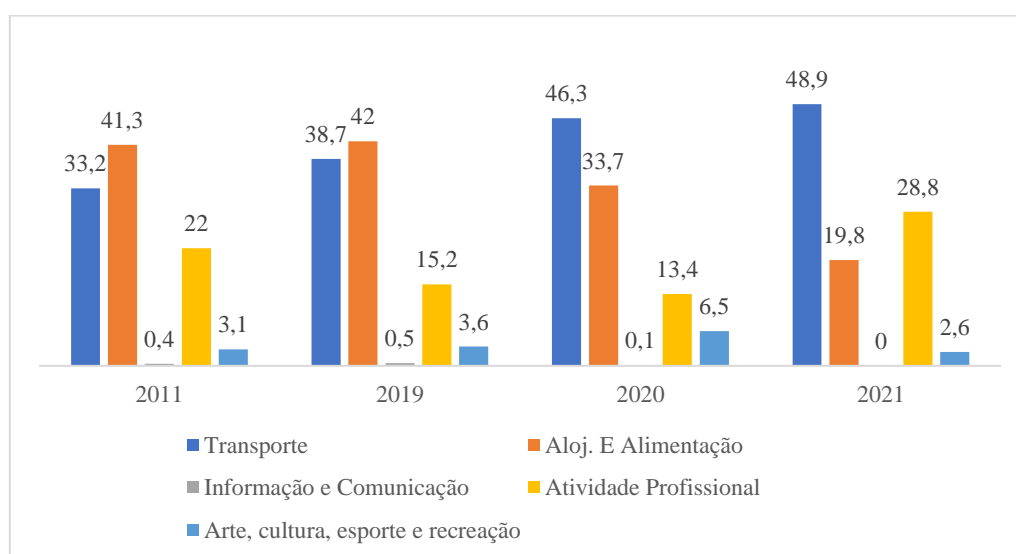
**Tabela 3** - Participação das ACT em cada região turística Bahia – 2017/2018/2019

Regiões Turísticas	% VA ACT 2018	% VA ACT 2019	% VA ACT 2020
Costa do Descobrimento	17,72	18,79	13,96
Baía de Todos os Santos	6,88	6,78	5,76
Costa do Cacau	5,33	5,34	4,32
Costa do Dendê	4,33	4,81	4,01
Caminhos do Sudoeste	4,32	4,75	3,98
Caminhos do Sertão	4,00	3,85	3,36
Costa dos Coqueiros	3,56	3,69	3,12
Costa das Baleias	2,97	3,06	2,81
Caminhos de Jiquiriça	3,28	3,14	2,47
Vale do São Francisco	2,89	2,66	2,24
Chapada Diamantina	2,47	2,36	1,84
Caminhos do Oeste	1,89	2,28	1,55
Lagos e Canyons do São Francisco	1,64	1,52	1,04

Fonte: SEI/DISTAT/COREF (2020).  
Elaboração: Equipe PIB Municipal/MTUR (2022).

Uma outra metodologia de avaliação do turismo da Bahia se baseia no Valor Bruto Adicionado (VBA) das Atividades Características do Turismo (ACT) no estado. Os segmentos de transporte cresceram no longo prazo em participação, enquanto alojamento e alimentação demonstrou uma queda. Atividades profissionais e arte e cultural oscilaram de foram não lineares. Estas alterações representadas no Gráfico 27 são relevantes para entender a mudança nos padrões no consumo dos serviços locais. A demanda por transporte operou um segmento significativo para o estado da Bahia como um todo.

**Gráfico 14** – Distribuição percentual do VAB das ACT, por atividade Bahia



Fonte: SEI (2022)

## **Turismo - Limitações e Desafios**

Existe uma visão do turismo da Bahia, que foi herdada do início dos anos 2000, momento em que se criaram as zonas turísticas e se definiu o turismo do estado. Desde então houve novos planejamentos, mas foram marcados por uma ausência de execução dos planos para o estado. A Bahia começou seus planejamentos relativamente cedo, e com isto conseguiu destaque nacional. Contudo, houve uma série de descontinuidades na Secretaria do Turismo.

O setor perdeu visão e decresceu em importância política, ainda que possua relevância econômica. O setor demanda mais representação e orçamento, além de ressaltar o papel do investimento em infraestrutura e segurança para garantir sua continuidade. O turismo parou de ser promovido pelo estado, um sinal do descaso é o site de promoção do governo do estado ([bahia.com.br](http://bahia.com.br)), que necessita de atualização. Em termos de turismo o planejamento não consegue sair do papel.

Faltam estudos consistentes sobre o setor, o planejamento não opera com base em dados, nem congrega informações setoriais. Despreza-se o fato de a continuidade depender dos indicadores, existem alguns dados setoriais, de instituições de classe, mas o trabalho de produção oficial não é realizado. O planejamento tem que ser visto como parte do turismo da Bahia, e para isso é necessário harmonia também com o setor privado.

Outro ponto de complemento é que o segmento sofre com a falta de qualificação de mão de obra e os cursos de turismo vêm decrescendo com os anos. Há uma espécie de descrédito no trabalho com o turismo, deixando de ser um caminho profissional. As zonas turísticas precisam de atrativo, para além de ações sazonais, a infraestrutura, uma questão fundamental.

A Bahia precisa promover definições para orientar as ações turísticas, que tipo de turismo deve ser desenvolvido? Em que a Bahia quer ser a melhor? Que imagem o estado quer passar?

## **Turismo - Linhas de Ações**

1. Ampliar e diversificar a matriz dos produtos e zonas turísticas. Torna-se a necessária a definição de eixos prioritários e promoção desses eixos nas respectivas zonas turísticas. O estado tem todos os tipos de turismos, é preciso um plano de promoção em parceria com a iniciativa privada ligadas a esse setor. Existem ainda diversos potenciais, como o afroturismo e o turismo religioso, oportunidades de turismo fora do verão para outras regiões, a exemplo das festas juninas no interior do estado que levam renda a cidades menores, Vitória da Conquista com turismo de negócios e hospitalar, o entorno da baía de Todos-os-Santos com seus municípios e ilhas. É necessário promover, planejar e executar;
2. Ampliar as garantias de meios para acesso às experiências turísticas: infraestrutura: estradas; aeroportos e portos e seus respectivos meios de locomoção, além da segurança pública;
3. Criar estratégias para inserção do Estado no turismo internacional, aproveitando os diversos climas da Bahia e os seus aspectos culturais, potencializando as tendências como a promoção da vida tranquila e da sustentabilidade, fortalecendo a imagem da Bahia e do Brasil no exterior e seus diferenciais como destino turístico, melhorando as condições para investimentos nacionais e estrangeiros e orientando a prospecção de mercados internacionais emissores de visitantes que combinem volume e gastos altos;
4. Adição de roteiros qualificados que proporcionam melhores experiências, advindas de maiores investimentos em infraestrutura, também é um fator primordial, estimulando o desenvolvimento de novos produtos turísticos que tragam melhor experiência ao visitante, como, por exemplo, um grande projeto ambiental visando a exploração turística da Bahia de Todos os Santos;
5. A criação de um ecossistema de economia criativa e inovação para o turismo é fundamental. Além disso, a capacitação de pessoas com qualidade elevada para atuar nos serviços turísticos, ampliando seu conhecimento a partir do ensino fundamental e de forma continuada é extremamente importante;
6. Incentivos fiscais que apoiem a adequação de empreendimentos às boas práticas de gestão ESG – Environmental, Social and Governance, a exemplo de acessibilidade, energia renovável, gestão de resíduos, entre outras iniciativas, também é de vital importância;

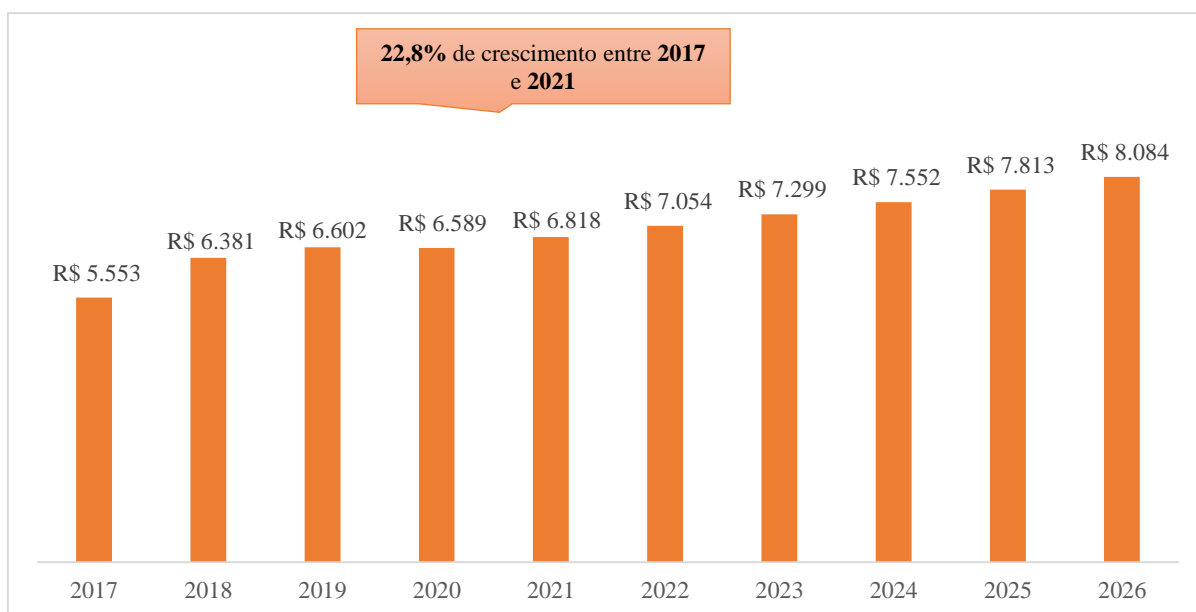
7. Os braços sociais da Fecomércio-BA (Sesc e Senac) prestam fundamental apoio para o incremento da capacitação de guias turísticos, planejamento de roteiros e receptivo, cabendo a Secretaria de Turismo estabelecer parceria com essas respectivas instituições para a capacitação desses profissionais.

## Economia Criativa

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), define a economia criativa como "um conjunto de atividades econômicas que envolvem a criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam a criatividade e o capital intelectual como principais insumos". Essas atividades incluem setores como arte, design, arquitetura, publicidade, moda, música, cinema, televisão, jogos eletrônicos, gastronomia, entre outros.

Esse segmento é caracterizado como um dos mecanismos para promover o desenvolvimento sustentável, a diversidade cultural, a inovação e o empreendedorismo. Além disso, pode ajudar a gerar empregos, promover a inclusão social e contribuir para o crescimento econômico. A UNESCO tem trabalhado ativamente para promover a economia criativa em todo o mundo, através de iniciativas como a Rede de Cidades Criativas e o Programa de Economia Criativa e Desenvolvimento Sustentável.

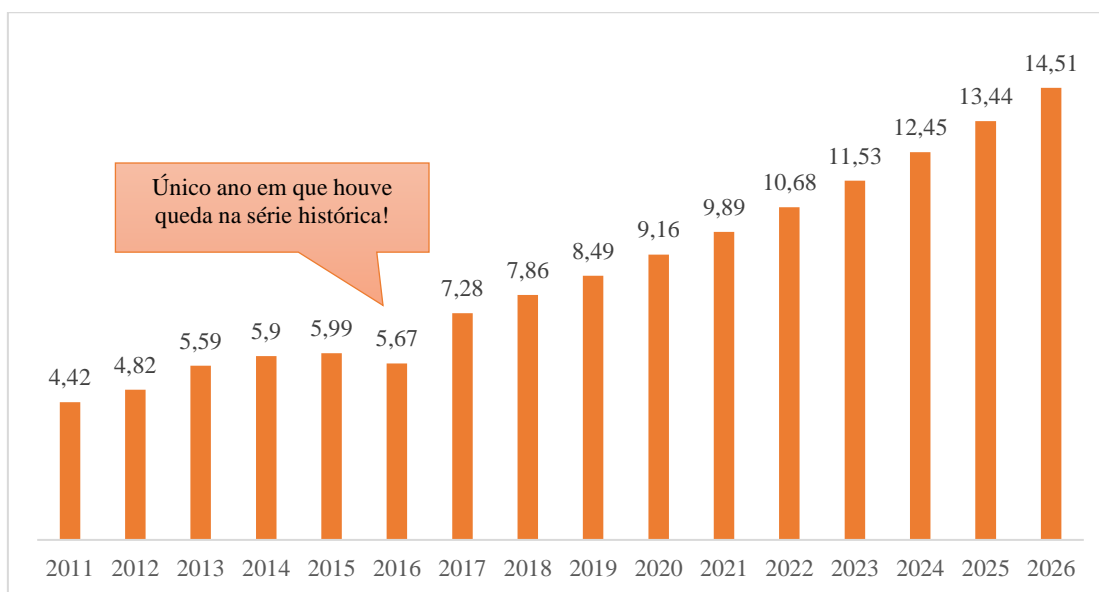
Gráfico 15 – Histórico de Receita Total da economia criativa da Bahia (R\$ mil)



Fonte: Observatório Itaú Cultural (2023)

A economia criativa formal já movimenta mais de 6 milhões de reais por ano na Bahia, constituindo uma fonte de emprego e renda para uma parcela relevante da população. De 2017 a 2021, o crescimento desse segmento se orientou pelo avanço de algumas atividades tecnológicas na Bahia, a exemplo das Tecnologias da Informação (TIC).

**Gráfico 16** – Valor Agregado da Economia Criativa no PIB (Bilhões de Reais)



Fonte: SEI (2021)

O valor agregado pela economia criativa nos últimos anos também vem crescendo, em patamares significativos. É complexo estimar a quantidade de empresas e empregos que a economia criativa gera, pois a categorização não é corrente nos levantamentos de dados oficiais, desta forma ocorrem apenas estimativas. Segundo dados do Observatório do Itaú Cultural, em 2022, a Bahia possuía mais de 64 mil Microempreendedores Individuais (MEI) no segmento criativo, operando principalmente em atividades de publicidade (28.972), moda (14.454) e artes cênicas (5.388), números expressivos para um segmento pouco explorado na economia e que ainda possui forte concentração nas cidades polo do estado.

### **Economia Criativa - Limitações e Desafios**

Dentro deste segmento da economia existe uma defasagem com relação aos dados exatos. A SEI-BA, por exemplo tem se utilizado da contribuição do Valor Agregado(VA) para Produto Interno Bruto (PIB) e dos números das ocupações formais produzidos pelo IBGE e pela RAIS – Estoque de Empregados (2011-2021) para definir

segmentos de maior relevância, considerando as definições da Unesco do conceito de Economia Criativa, estimando-se que nesse período representa, em média, de 3,5% a 4% VA/PIB em nosso Estado.

São segmentos que envolvem desde o trabalhador informal, a exemplo da baiana de acarajé, até a televisão e produção cinematográfica. Por outro lado, em razão de alguns CNAES, os dados do segmento estão disponibilizados de forma agregada, a exemplo da arquitetura e engenharia, o que dificulta a segregação mais detalhada da atividade criativa. Caso similar ocorre na Gastronomia, que tem representação expressiva no PIB da Economia Criativa, incluindo botecos, grandes restaurantes, formais e informais, incorporando uma série de atividades, que podem ou não ser unicamente criativas. Por exemplo, ao olhar para o segmento de gastronomia é impossível distinguir quais empreendimento são criativos e quais não são, uma rede de *fast-food* americana e um restaurante com a tradicional comida baiana compartilham do mesmo CNAE, mas apenas o segundo seria caracterizado como parte da economia criativa do estado.

Observando a divisão do estado, a RMS congrega a maioria dos empreendimentos da economia criativa, então a questão da interiorização ainda é um desafio. A cultura tem um papel central no estado que cria renda mesmo que informal. Ações no sentido de impulsionar as atividades culturais como vetor de desenvolvimento para o Estado da Bahia poderão ampliar a potencialidade econômica e simbólica desse segmento, que mesmo subutilizado responde pela geração de ocupações, muitas vezes informais, e de baixo rendimento.

As tradições culturais do estado são de grande importância para fortalecer o sentido de identidade, dos laços de solidariedade e de pertencimento às comunidades locais. Se os agentes culturais puderem sobreviver pelo exercício de seus saberes e fazeres todos sairão ganhando.

Em que pese forte correção e conexões os atores do setor do turismo e da economia criativa apresentam fragilidade para dialogarem e discutirem propostas comuns aos respectivos segmentos. Além disso, a iniciativa privada ainda não despertou para a importância e potencialidade do investimento no setor cultural, algo que ocorre em alguns outros estados, exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.

## **Economia Criativa - Linhas de Ações<sup>6</sup>**

1. Planejamento de desenvolvimento econômico voltado para a matriz da economia criativa, uma vez que a cultura tem um papel central no estado na geração de emprego e renda, formal e informal. Vale destacar que os empregos criativos demandam profissionais qualificados e oferecem rendimentos acima da média paga no Estado;
2. Incremento das políticas de fomento culturais para expansão de cadeias produtivas, como, por exemplo, audiovisual e artesanato, moda, tecnologia da informação, designer gráfico, edição gráfica, música e festas populares, cadeias que potencializam a promoção da imagem do estado da Bahia promovem efeitos multiplicadores diversos em outros segmentos da economia como meios de hospedagem, alimentação, bebidas, energia elétrica, vestuário, pesquisa e desenvolvimento. Sem falar no impacto sobre a arrecadação fiscal e fortes ligações com o turismo e a inovação, além de produzirem novas ocupações e fontes de renda;
3. Programa de fomento aos empreendimentos criativos. A economia criativa tem forte apelo cultural e comunitário, fortalecer o empreendedorismo é fortalecer a comunidade, é promover emprego e renda. Salvador já vem realizando trabalhos importantes para o desenvolvimento da economia criativa na cidade como forma de lidar com o desemprego e com a informalidade;
4. Priorizar outros Territórios para além da RMS, para promover a interiorização das atividades culturais no Estado da Bahia. Alguns exemplos típicos poderiam potencializar essa interiorização a partir dos aspectos culturais: nos municípios de Saubara, onde a gastronomia pode ser valorizada a partir das atividades das marisqueiras e o artesanato a partir da renda de bilro; o município de Cachoeira, que já se beneficia com a presença da Universidade Federal do Recôncavo, orientada para o Cinema e produção áudio visual e o turismo étnico, potencializando a sua expressão cultural, que também agrega aspectos gastronômicos peculiares. O estímulo à produção de Queijo de Cabra no Município de Uauá, a exemplo do queijo da Canastra em Minas Gerais, potencializaria gestões ligadas à gastronomia, à identidade geográfica (Bioma da Caatinga), à ESG (agricultura familiar), com potencialidades para desenvolver toda a cadeia produtiva, gerando ocupação e renda. O apoio às Filarmônicas também seriam iniciativas necessárias, pois

---

<sup>6</sup> Essas Linhas de Ações já foram homologadas pelos representantes do Grupo Focal

estimulam a formação cultural de crianças e jovens, lhes oportunizando conhecer novos lugares e ter novas vivências. Para além do São João, promover e valorizar outros eventos culturais locais;

5. Reconhecendo que a economia criativa inclui diversos subsegmentos a exemplo agências de publicidade, arquitetura, empresas gráficas, estúdios de música e artistas, empresas de infraestrutura para grandes eventos, patrimônio edificado, espaços culturais e artísticos, patrimônio imaterial, com um número razoável de empreendimentos porte grande e médio, melhores e mais bem estruturadas, dar um tratamento diferenciado aos empreendimentos de menor porte dessa cadeia produtiva, a exemplo de pequenas empresas de marketing e comunicação, escritórios de design, atividades de paisagismo, estúdios de música, produtores de eventos, negócios da moda e recentemente os “Influencers Digitais”, que devem ser observados com ressalvas, apoiando os que de fato sejam empreendedores de micro e pequeno porte;
6. Definir segmentos estratégicos dentro da economia criativa tendo-se como critério tripé uso das tecnologias avançadas, geração de emprego e renda e preservação dos valores culturais, a exemplo dos segmentos de audiovisual e música;
7. Quanto aos valores culturais, no caso da Bahia, o que nos diferencia, por exemplo, é a nossa singularidade relacionada às matrizes africanas. Alguns empreendimentos desse segmento estão fortemente ligados ao carnaval, cabendo ao Estado o papel de fomentar as entidades de matriz africanas como forma de preservar as tradições culturais. Se poderia pensar na valorização da cultura de matrizes africanas para além do carnaval. Por exemplo, as Entidades como Oludum e Ile Aiê, incorporam outras atividades como educação de jovens, moda, comercialização de mercadorias com simbologias étnicas. Então se poderia pensar em formas de apoio, para além do evento do carnaval, que considere o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva: da produção cultural, à promoção de eventos, moda e comercialização, habilitando as lideranças e pessoas ocupadas a esses segmentos e fomentando possibilidades de autossustentação e gestão mais elaborada de todos os negócios derivados da atividade carnavalesca;
8. Inclusão da Economia Criativa nos planos de desenvolvimento econômico sustentável do Estado. A economia criativa fortalece e se adéqua as discussões de sustentabilidade atuais;

9. Criar premiações, selos e reconhecimentos de segmentos criativos que contribuam de forma efetiva para a geração de ocupação e renda, fortalecimento das questões identitárias, respeito ao patrimônio artístico e cultural e observam aspectos de sustentabilidade (ESG);
10. Estimular maiores entrosamentos entre a Secretarias de Cultura e as Secretarias de Turismo, Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Emprego e Renda, Ciência, Tecnologia e Inovação, Meio Ambiente e Desenvolvimento, que possuem fortes ligações com a economia criativa, contudo, não participam de forma efetiva no fomento das atividades culturais;
11. Promoção de debates sobre economia criativa, nas esferas pública e privada, pois, no âmbito do Estado debates não ocorrem de forma efetiva. “A economia criativa não pode ser tratada como um subsegmento do turismo”;
12. Enfatizar e fortalecer as atribuições do Senac na formação e atualização dos profissionais que atuam no segmento da economia criativa, disseminando e divulgando os calendários de eventos e outras iniciativas de capacitação promovidos pela respectiva instituição.

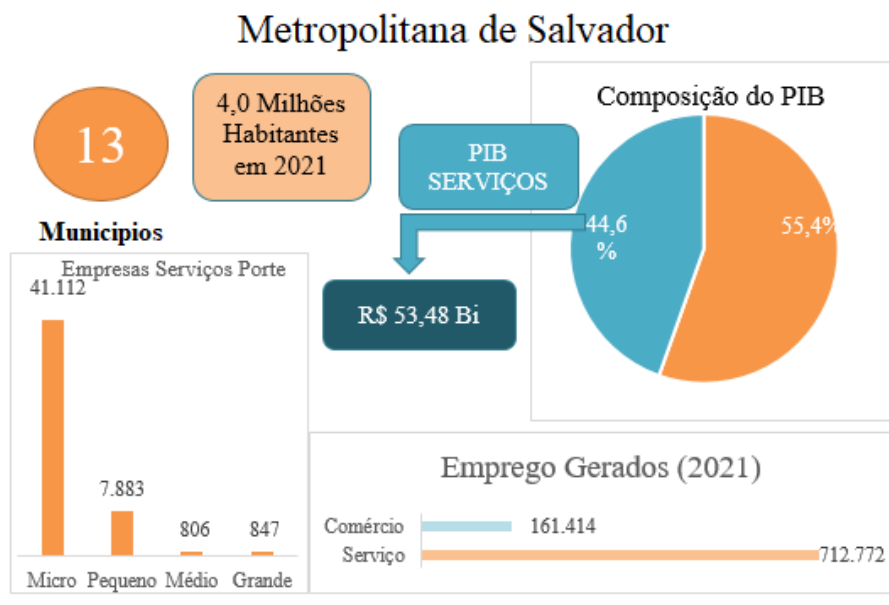
## **Priorização dos Pequenos Negócios de Comércio, Serviços nos Territórios de Identidade**

Conforme apresentado nos outros itens, a priorização do setor de comércio e serviços decorre de um ranqueamento que utiliza como métrica o número de empreendimentos por porte, além dos empregos gerados pelo setor e o tamanho do PIB do setor em cada um dos dois TIs selecionados que, conjuntamente, correspondem a 78,4% dos segmentos em análise.

### **Região Metropolitana de Salvador**

O primeira TI que aparece nesses segmentos. A alta presença de comércio e serviços de micro e pequeno porte e os respectivos contingentes de emprego garantiram o primeiro lugar a RMS. Mas é relevante avaliar como está o estado atual do setor no TI e o que seus dados indicam. A região apresentou uma taxa de desemprego que beirava os 20% no terceiro trimestre de 2022. Sendo um dos TI mais ricas do estado da Bahia o tamanho do desemprego indica, a princípio, muita desigualdade e má distribuição de renda.

Figura 7 – Infográfico resumido Metropolitana de Salvador



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023)

Quando se observa o ranqueamento dos CNAE da RMS para o comércio e os serviços nota-se que dentre os primeiros figuram o segmento de alimentação, como restaurantes e mercados, além de outros varejos como farmácias, lojas de vestuário e materiais de construção. O diferencial apareceu nos altos números ligados ao serviço de condomínio e prediais.

Conforme discutido anteriormente, abordou-se o grau de complexidade para os setores de comércio e serviços, estando os serviços mais complexos próximos aos setores industriais que pautem conhecimento inovador, ligados à dinâmica tecnológica. Avalia-se que a RMS possui um número elevado de empreendimentos voltados para o consumo final dos habitantes, isto é, que requerem um baixo grau de qualificação e especialização, e estão ligados, em termos de crescimento, ao próprio crescimento populacional. No patamar atual, o setor de comércio e serviços, baseados nestes segmentos, não consegue dar conta da população economicamente ativa que não encontra emprego nas cidades.

Ao expandir-se a análise para uma parcela maior do ranking, denota-se haver alguns indicadores a se aproveitar. Analisando o ranking para posições acima da terceira por TI, aparecem instituições de ensino, sobretudo educação infantil pré-escolar (sexto lugar) e escolas fundamentais, em patamares menores que o setor de alimentos, mas ainda assim em elevado patamar. Isto indica que a educação privada, principalmente do ensino infantil e fundamental da RMS se orienta pela predominância de micro e pequenos empreendimentos, que empregam um bom contingente de pessoas.

Ademais, outros CNAEs apontados pela priorização foram: transporte, tanto de passageiros quanto logístico, serviços odontológicos, hotéis e serviços de engenharia. Olhando especificamente para o comércio, além dos citados anteriormente, aparece o comércio de móveis e revenda de autopeças.

Os serviços da RMS possuem potencial para crescer no setor de educação. Além disso, existem alguns serviços com um grau um pouco maior de especialização que apresentam uma massa significativa de empregos e uma presença relevante de pequenos negócios. Serviços logísticos, odontológicos e de engenharia podem servir como eixos de crescimento relevante, dada a sua capacidade em gerar empregos e estimular a renda. O comércio de alimentos, vestuário e móveis tem potencial, pela avaliação do IP, em integrar uma cadeia de valor da indústria para o comércio. O fomento da circulação de produtos locais favorecerá os pequenos comércios de Salvador, ajudando a diminuir os índices de desemprego do TI.

Outro potencial ainda pouco discutido e que pode alterar a dinâmica economia da RMS é a economia criativa. No segmento de comércio e serviços ela se relaciona a produção, comercialização e exibição de bens que promovam a diversidade cultural, a sustentabilidade, a inovação e a inclusão social. Esse segmento pode gerar emprego e renda através de novos empreendimentos e da expansão dos empreendimentos já existentes, a exemplo dos ligados ao audiovisual.

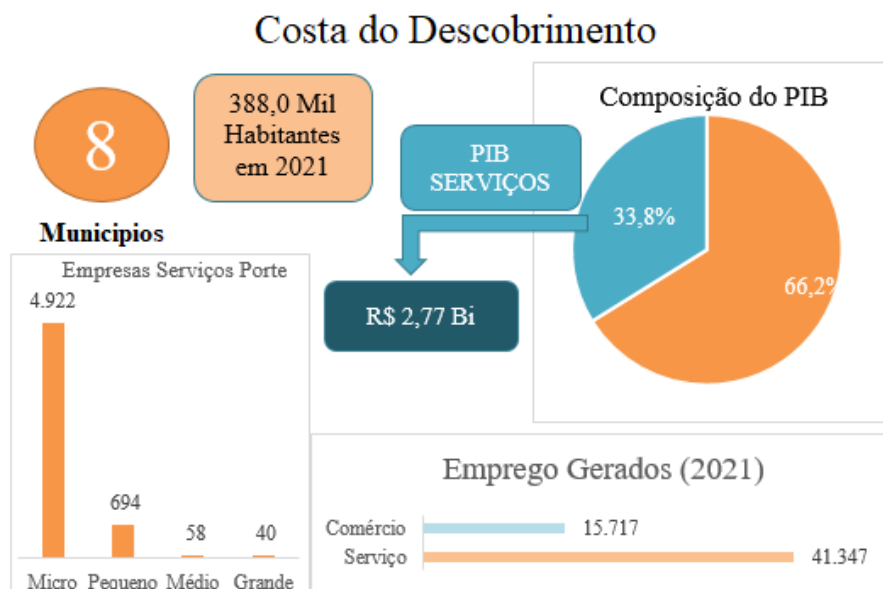
A economia criativa já vem aumentando sua participação no PIB de forma crescente, vide os esforços realizados pelo estado e por entidades da sociedade civil de organizar a produção e profissionalizar-se através de cursos sobre cultura empreendedora (SEI, 2021) e outros espaços e estímulo, a exemplo do Doca 1 (hub de inovação para negócios criativos), apoios direcionados da Prefeitura Municipal e publicação de editais específicos para esse segmento. A gastronomia é o segmento criativo que mais consegue adicionar valor ao PIB, assim, a promoção do segmento, que

já é pungente, segundo a priorização, pode promover mudanças significativas na abertura de novos empreendimentos e na geração de postos de trabalho, vide o rendimento médio do trabalhador de segmentos criativos ser maior que a média geral (FIRJAN, 2022). O segmento audiovisual, pujante na RMS, é um dos que mais emprega no estado da Bahia (SEI, 2021), apontando que ações de formação e fomento conseguem ter efetividade, uma vez que geram emprego e renda qualificados.

### Costa do Descobrimento

A Costa do Descobrimento aparece também como um TI chave para o comércio e o serviço baiano. O TI composto por oito municípios movimento no PIB de comércio e serviços mais de 2,77 Bilhões de reais, com um setor que apresenta 97% de pequenos negócios e gera cerca de 57 mil empregos na TI.

Figura 8 – Infográfico resumido Costa do Descobrimento



Fonte: Adaptado de Sidra-IBGE (2023).

Realizando-se uma análise do TI Costa do Descobrimento, a partir do Índice de Priorização, nota-se que o setor de serviços ligados ao turismo congrega a maior parte dos pequenos negócios e da geração de empregos também. Em primeiro lugar na priorização, aparecem os hotéis, em segundo, os restaurantes e similares, em terceiro, as lanchonetes e casas de suco, em quarto, a gestão de condomínios e prédios e em quinto, atividades ligadas a contabilidade.

A Costa do Descobrimento se orienta pelo turismo e a geração de emprego acaba se voltando para segmento especializados, mas com certa concentração em termos de atividade. A diversificação de atividades que podem estar relacionadas ao turismo serviria de referência para expansão de emprego e renda para além da atividade hoteleira e do setor alimentício.

### **Potencialidades para atuação no setor de comércio e serviços**

As oportunidades para o segmento do comércio e serviços consiste no desenvolvimento de alguns setores que apresentam boa quantidade de empresas de micro e pequeno porte, assim como que geram emprego e renda. Existem algumas regiões do estado que são mais promissoras neste sentido, conforme se apresenta no quadro a seguir.

**Quadro 11 – IP Comércio e Serviços**

<b>Priorizada</b>		<b>Menos Relevantes</b>	
<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>
RMS	RMS	Bacia do Rio Corrente	Chapada Diamantina
Portal do Sertão	Sudoeste Baiano	Piemonte da Diamantina	Velho Chico
Sudoeste Baiano	Costa do Descobrimento	Bacia do Paramirim	Irecê

Quadro 12– IP Comércio e Serviços Atividades

Priorizada	Atividades Comércio	Atividades Serviços	Potencial
<b>RMS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Varejo Alimentícios;</li> <li>• Varejo de vestuário e acessórios</li> <li>• Varejo Materiais de Construção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condomínio Predial;</li> <li>• Restaurantes e similares</li> <li>• Meios de hospedagem, logística e locomoção;</li> <li>• Saúde e Estética</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conexões entre varejo de alimento e indústria de produção de alimentos, cosméticos e de higiene)</li> <li>• Conexões e com a construção civil e condomínios prediais</li> <li>• Conexões entre as atividades principais e acessórios do turismo e economia criativa</li> <li>• Estímulos aos empreendimentos relacionados aos cuidados com a saúde e estética</li> </ul>
<b>Portal do Sertão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peças e acessórios para veículos;</li> <li>• Postos de Combustíveis;</li> <li>• Varejo Alimentício.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transportes de cargas e mercadorias;</li> <li>• Armazenamento e distribuição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Hub” de distribuição de mercadorias para capital e interior;</li> <li>• Empreendimentos ligados a educação.</li> </ul>
<b>Sudoeste Baiano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Varejo Alimentício;</li> <li>• Comércio de Vestuário e Acessórios;</li> <li>• Postos de Combustíveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restaurantes e similares;</li> <li>• Transporte Rodoviário de Carga;</li> <li>• Ensino Fundamental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encadeamento com a indústria de confecção e desenvolvimento regional como polo logístico do estado;</li> <li>• Empreendimentos ligados a educação.</li> </ul>
<b>Costa do Descobrimento(e demais Zonas Turísticas)</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meios de hospedagens</li> <li>• Alimentação fora do lar</li> <li>• Serviços de assessoria aos pequenos negócios(contabilidade)</li> <li>• Logística e meios de transportes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão do potencial turístico para expansão dos pequenos negócios locais.</li> </ul>

